

Brasil

14 Anos de Revolução

BRASIL: 14 ANOS DE REVOLUÇÃO

**Documento elaborado pelo Instituto de
Planejamento Econômico e Social — IPEA e
apresentado ao Conselho de Desenvolvimento
Econômico — CDE**

Brasília, 1978

SUMARIO

I — SÍNTESE: AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO	7
II — O DESEMPENHO DA ECONOMIA	17
III — A INDÚSTRIA E A MINERAÇÃO	33
IV — A AGROPECUÁRIA	43
V — A CONSTRUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ..	53
VI — O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	67
VII — O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	99

I - SÍNTESE : AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

Os grandes avanços alcançados pelo Brasil no período 1963-1977 — graças ao esforço de desenvolvimento dos 4 governos da Revolução e à capacidade de trabalho e criatividade de seu povo — podem medir-se pelos seguintes indicadores econômico-sociais gerais:

I — o produto interno bruto — PIB elevou-se, no período 1963-1977, de US\$ 54,6 bilhões para US\$ 164,4 bilhões ¹, revelando crescimento médio anual de 8,2% (201%, no período). A população cresceu 48% (de 76,4 para 113,2 milhões, respectivamente em 1963 e 1977) e o PIB *per capita*, 103% (5,2% ao ano), atingindo US\$ 1 452 em 1977 (US\$ 715 em 1963). Pela dimensão de seu PIB, o Brasil é hoje a 8ª economia do Mundo Ocidental, a 10ª, se consideradas a União Soviética e a China;

II — a formação bruta de capital fixo cresceu de US\$ 10,3 bilhões em 1963 para US\$ 36,5 bilhões em 1977 (aumento de 254%); o consumo pessoal, de US\$ 36,6 bilhões para US\$ 98,9 bilhões (aumento de 170%); as exportações de mercadorias elevaram-se de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 12,1 bilhões (a preços correntes), apresentando aumento de 764% e grande diversificação (com os produtos manufaturados elevando-se de US\$ 165 milhões para US\$ 3,5 bilhões, a preços correntes);

¹ Neste documento, tanto os valores em Cr\$ quanto os em US\$ estão, salvo quando expressamente indicado, a preços de 1977.

III — entre 1963 e 1977, o produto da indústria cresceu 221%; o da agropecuária, 93%; o dos serviços, 189%; a expansão da produção agropecuária destinada ao mercado interno foi da ordem de 90%, o que, considerado o aumento da população, significa grande elevação no consumo *per capita* de alimentação;

IV — a população urbana do País elevou-se de 36,5 para 69,5 milhões, no período (crescimento de 90%) e a das regiões metropolitanas, de 16,4 para 31,3 milhões (91%); a população economicamente ativa total cresceu a 3,6% ao ano (aumento de 15,8 milhões) e a não-agrícola, a 5,7% (aumento de 13,9 milhões);

V — ainda que a distribuição de renda pessoal possa ter-se agravado entre 1960 e 1970 — em termos de simples comparação entre dois anos e deixados de lado os aspectos dinâmicos da evolução da economia — há indicações de que tendeu a melhorar na presente década (particularmente entre 1972 e 1976).

Com efeito:

a) em 1970, as pessoas economicamente ativas com renda monetária de até 1 maior salário mínimo vigente no País representavam 60,5% do total (45,9 para a PEA urbana e 83,0% para a rural); em 1976, esses percentuais se reduziram para 37,4, 29,2 e 56,2%, respectivamente (note-se que se trata apenas da renda monetária, exclusive renda em espécie; que não está considerado o 13.º salário nem o 14.º salário; e que também não se incluíram as formas indiretas de salário);

b) em 1972, a participação na renda monetária dos 50% mais pobres da PEA era de 10,8%, elevando-se para 13,0% em 1976 (no mesmo período, o crescimento real da renda monetária média da PEA foi de 52%) e a participação dos 5% mais ricos decresceu de 40,7 para 38,8%;

VI — entre 1972 e 1976, o percentual de domicílios com abastecimento d'água pela rede geral elevou-se de 39 para 49% (de 61 para 71%, para os domicílios urbanos); com iluminação elétrica, de 53 para 63% (de 78 para 85%, para os domicílios urbanos); com instalação sanitária, de 25 para 27% (de 39 para 41%, para os domicílios urbanos);

VII — a disponibilidade domiciliar de bens duráveis de consumo era, em 1972 e 1976, de 61 e 77% dos domicílios para rádio; de 31 e 42% para geladeira; de 32 e 47% para televisão; de 11 e 18% para automóvel; no caso dos domicílios urbanos, esses percentuais foram, respectivamente, de 69 e 80% para rádio; 47 e 59% para geladeira; 49 e 65% para televisão; 16 e 23% para automóvel;

VIII — as matrículas nos três níveis de ensino elevaram-se de 11,1 milhões em 1963 para 24,5 milhões (crescimento de 121%); as despesas da União em educação cresceram de Cr\$ 4,1 bilhões para 25,5 bilhões, a preços de 1977;

IX — na área da saúde, além da redução ocorrida na mortalidade geral, ressaltam-se a elevação do número de médicos por habitantes (de 4,6 para 7,6/10 mil), de leitos hospitalares (de 2,9 para 3,5/mil), entre 1963 e 1977, bem como a elevação dos dispêndios em saúde (de Cr\$ 8,5 bilhões para Cr\$ 48,1 bilhões);

X — os segurados pela previdência social urbana elevaram-se entre 1963 e 1977, de 5,7 para 20,7 milhões; os benefícios pagos pela previdência social, de Cr\$ 10,5 bilhões para Cr\$ 75,0 bilhões; o número de habitações financiadas de 9,5 mil em 1964 para 266 mil em 1977;

XI — não menos significativos foram os avanços constatados no campo da infra-estrutura de transportes, energia e comunicações. A rede pavimentada expandiu-se de 17,9 mil km em 1964 para 74,9 mil em 1977; a frota mercante, de 1,4 milhão de tpb para 5,6 milhões de tpb; o volume transportado por ferrovia, de 16,7 para 68,0 bilhões de t/km; a potência instalada de energia elétrica, de 6,8 para 22,7 gW e o consumo de energia, de 23,5 para 87,2 bilhões de kWh; o número de telefones instalados cresceu de 1,2 para 4,7 milhões.

Esses indicadores quantitativos dão a medida das profundas transformações econômicas, sociais e políticas que ocorreram no País, nesses 14 anos de Revolução, consubstanciando experiência talvez sem precedentes, em países em desenvolvimento. Esforço que se deve, em grande medida, à consistência e continuidade conferidas, pelos 4 governos da Revolução, na condução da estratégia de desenvolvimento.

Com efeito, a partir de 1964, podem-se distinguir três fases, claramente diferenciadas, na evolução do desenvolvimento brasileiro:

I — o período 1964-1967, caracterizado pela ênfase na reorganização econômico-financeira e institucional;

II — o período 1968-1973, marcado pelo crescimento acelerado e pelo esforço de integração nacional;

III — o período 1974-1977, fase de transição que deverá prolongar-se até o final da década, correspondente ao esforço de readaptação da economia à crise mundial de energia e ao novo estágio do seu desenvolvimento industrial.

É interessante observar, inicialmente, que foi somente a partir de 1964 que se consolidou, no País, a prática do planejamento².

O período 1964-1977, com o Programa de Ação Econômica do Governo — PAEG, foi marcado pelo esforço de reorganização econômica e financeira e de modernização institucional que permitiu ao País o desenvolvimento acelerado alcançado no período subsequente. Logrou-se, nesta fase, uma elevação do crescimento do PIB dos 1,5% de 1963 para a média anual de 2,8% em 1964-1965 e de 5% em 1966-1967 (0,25 e 7,3% para a indústria, respectivamente). Obteve-se redução da inflação dos 92% alcançados em 1964 para os 24%, em 1967, e diminuição, no déficit do Tesouro, dos 34% da receita em 1964 para os 14% em 1966-1967. Alcançou-se superávit na conta corrente do balanço de pagamentos (média anual de US\$ 81,2 milhões, para déficit médio de US\$ 300,7 milhões, em 1960-1963). No campo da política salarial, no entanto, há que reconhecer-se que os objetivos antiinflacionários prevaleceram sobre os de manutenção do poder de compra do salário mínimo, que se reduziu, entre 1963 e 1967, em cerca de 19% (5,3% ao ano). Uma série de medidas modernizadoras no âmbito institucional, bem como de inovações na condução da política econômico-financeira (como a instituição, em 1965, do mecanismo de correção monetária) foi posta em prática. No que respeita às desigualdades regionais, o Nordeste (cerca de 30% da população do País e menos de 15% da renda interna) apresentou, entre 1963 e 1967, crescimento médio anual estimado em 6,5% (contra 3,9% para o PIB nacional).

O período 1968-1973 é marcado, de uma parte, por um grande esforço de planejamento — que se consolida com o Programa Estratégico de Desenvolvimento — PED e o I Plano Nacional de Desenvolvimento — PND (1972-1974), e, de outra, pelos altos níveis de crescimento atingidos pela economia.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento — PED (1968-1970) enfatiza a necessidade de reduzir o hiato entre o PIB potencial e o real, preocupando-se em utilizar a capacidade instalada ociosa, particularmente na indústria, decorrente de insu-
ficiência

² As tentativas anteriores de planejamento: o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939), o Plano de Obras e Equipamentos — POE, de 1943, uma atualização do primeiro, e o Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), de 1948-1950, são esforços de planejamento de natureza setorial e descontinua. O Programa de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) já apresenta alguma perspectiva global mas é, mais caracteristicamente, um elenco de metas setoriais; o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1962-1964), que apresenta natureza de plano nacional, não foi implementado. Destaque-se, no entanto, a nível regional, o I e o II Planos Diretores de Desenvolvimento do Nordeste (1961-1963 e 1963-1965), elaborados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, criada em 1959 com o objetivo de coordenar o esforço de superação do atraso relativo daquela região (30% da população do País e menos de 50% do produto per capita nacional).

ciência na demanda de formação de capital realizado entre 1964 e 1967 (essa defasagem facilitaria grandemente a aceleração de crescimento ocorrida a partir de 1968). O documento Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1972), que corresponde à primeira fase do III Governo da Revolução, voltado para intensa ação executiva, é visto como de transição para o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). É o I PND, na verdade, que dá partida, no País, à concepção atual do planejamento, constituindo-se documento sintético de política e estratégia de desenvolvimento, submetido à apreciação do Congresso Nacional, aprovado por programas setoriais e regionais, orçamentos plurianuais e mecanismos de acompanhamento, de caráter permanente.

O período 1968-1973 caracteriza-se como a fase mais dinâmica do desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas:

I — em apenas 6 anos, o PIB cresceu 92%, e a renda **per capita**, 62%; a inflação, medida pelo índice geral de preços (disponibilidade interna), diminuiu dos 25% de 1968 para os 15% de 1973; o salário mínimo, que se reduziu em termos reais até 1970, recupera-se, a partir daí, para superar, em 1973, os níveis de 1967; os salários médios nominais da indústria de transformação cresceram, entre 1968 e 1973, a 25% ao ano (taxa acumulativa), para uma expansão do custo de vida de 18,7% no mesmo período; na política cambial, passa-se a adotar a tática das minidesvalorizações que vêm, até hoje, sendo usadas com êxito: entre 1967 e 1973, o cruzeiro foi desvalorizado, em relação ao dólar norte-americano, 38 vezes (taxa média acumulativa anual de 14,9% para inflação interna de 19,5%); o volume do comércio com o exterior (importações + exportações) evoluiu de US\$ 3,0 bilhões de 1967 para US\$ 12,4 bilhões de 1973, a balança comercial manteve-se, no período, praticamente equilibrada e a entrada líquida de capitais de risco (investimentos diretos) cresceu do nível médio anual de US\$ 62 milhões em 1964-1967 para US\$ 299,3 milhões em 1968-1973;

II — setorialmente, os objetivos do I PND (referidos ao período 1970-1974) foram, em grande parte, superados, sobretudo no que respeita às atividades produtivas (indústria, particularmente), à infra-estrutura e, em boa medida, aos setores sociais (educação, saúde e saneamento, principalmente).

Esse desempenho da economia e da sociedade brasileiras, no período, foi possível graças a um conjunto de fatores, de ordem interna e externa, extremamente favoráveis (relativa capacidade ociosa na indústria, no início do período, comércio internacional em expansão). Deveu-se, também, à adequada condução da política econômico-financeira e à capacidade de executar, nos prazos previstos, os grandes investimentos públicos, particularmente em infra-estrutura econômica (transportes, energia).

A crise do petróleo e os seus conhecidos reflexos sobre a situação econômica internacional encontraram, portanto, o País em período de crescimento acelerado e de desenvolvimento que já se prolongava por 6 anos e no momento em que se preparava, com o IV Governo da Revolução a instalar-se em 1974, para definir sua política e estratégia de desenvolvimento para o próximo quinquênio (1975-1979).

Importa observar, inicialmente, que o País se situa em posição intermediária com relação ao grau de dependência energética. Ainda que adquira no exterior mais de 3/4 do petróleo consumido, importa somente cerca de 40% da energia utilizada, graças, sobretudo, à produção interna de energia hidrelétrica (25% da energia consumida).

Depende, no entanto, fundamentalmente, do petróleo para os transportes e como matéria-prima utilizada na indústria química.

Vale ressaltar, em segundo lugar, que a brusca e espetacular elevação de preços do petróleo e outras matérias-primas que o País importava provocou, em 1974, grave desequilíbrio no balanço de pagamentos: a balança comercial, equilibrada na média anual do período 1958-1973, apresentou, naquele ano, déficit de US\$ 4,7 bilhões, com as importações mais do que duplicando, em um ano (para expansão das exportações de 28%). Esse fato, aliado à elevação do déficit dos serviços, de 41%, determinou déficit no balanço de pagamentos em conta corrente de US\$ 7,1 bilhões, déficit global do balanço de pagamentos de US\$ 0,9 bilhão e perda de reservas globais de igual montante. A taxa de inflação, por outro lado, em boa parte por fatores de origem externa, eleva-se dos 15,7% de 1973 para 34,5% em 1974. A superação desses dois problemas — o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos e a retomada do processo inflacionário — orientou fundamentalmente a estratégia de desenvolvimento adotada.

Apresentada, nos seus delineamentos gerais, no II Plano Nacional de Desenvolvimento — PND (1975-1979)³, a opção de política e de estratégia de desenvolvimento adotada, a partir de 1974, orienta-se pela preocupação em adaptar a estrutura produtiva e de preços à nova situação criada pela crise de energia e ao novo estágio alcançado pelo desenvolvimento industrial do País. Esses ajustamentos determinaram medidas, de efeitos a curto e médio prazos, visando à redução do crescimento do consumo de petróleo e outros bens importados, a programas de substituição de importações em insumos industriais básicos e bens de capital, e ao estímulo às exportações.

³ O II PND foi elaborado entre maio e agosto de 1974, submetido ao Congresso Nacional a 10 de setembro e aprovado pela Lei n.º 6.151, de 4 de dezembro daquele ano.

Prevalece, subjacente à opção adotada, a convicção de que o País tem condições favoráveis de enfrentar, sem comprometer o seu projeto de desenvolvimento, a evolução da conjuntura internacional. A estratégia seguida rejeitou, portanto, de início, o tratamento de choque, que equivaleria a conduzir o País, em sintonia com o quadro internacional, a uma recessão de efeitos relativamente longos. A opção gradualista mantida ao longo desses 4 anos (1974-1977) procurou, portanto, ao máximo, preservar os objetivos de crescimento, de expansão continuada do emprego e de estabilidade social, ao tempo em que se partia para executar as medidas de reestruturação econômica indispensáveis.

Os resultados obtidos entre 1973 e 1977 foram, dadas as restrições indicadas, mais do que satisfatórios. Manteve-se o dinamismo da economia, que cresceu 33% no período (19%, em termos *per capita*).

Obtiveram-se, em 1977, pequeno superávit na balança comercial e redução do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos para US\$ 3,8 bilhões. Foi possível manter e expandir o esforço no campo do desenvolvimento social, regional e urbano. Partiu-se para reorientar os investimentos na indústria de transformação (para com setores substitutivos de importações em insumos básicos e bens de capital). Executaram-se, em 3 anos, mais de 60% do programa de investimentos do II PND (previsto para 5 anos), com ênfase para a execução de seu orçamento social e para os programas de desenvolvimento regional.

II - O DESEMPENHO DA ECONOMIA

A SITUAÇÃO DA ECONOMIA EM 1964

As dificuldades decorrentes do processo acelerado de industrialização da década de 60, agravadas pelas diretrizes de política econômica prevalentes no período 1960-1963, conduziram a economia brasileira a impasse cujos contornos se definiram, em início de 1964:

a) por inflação que atingia níveis superiores a 90% ao ano;

b) por forte declínio da poupança interna, em decorrência da inflação e da baixa rentabilidade das aplicações, enquanto grande parte dos recursos disponíveis direcionava-se para as especulações em ativos reais, impedindo maior canalização de recursos às atividades produtivas;

c) pela redução da oferta de crédito a médio e longo prazos, em vista da limitação dos juros a taxas bem inferiores às da inflação;

d) por política cambial irrealista, que desestimulava fortemente as exportações e por endividamento externo desordenado, que levou o País à situação vexatória de ter de negociar a moratória dos débitos vencidos; em decorrência deste quadro a capacidade de importar estava seriamente afetada;

e) por retração dos investimentos nacionais e externos, diante, sobretudo, da instabilidade político-institucional;

f) pela impossibilidade, resultante das taxas crescentes de inflação, de previsão financeira para os investimentos, alongando seu prazo de maturação e determinando sucessivas revisões nos seus cronogramas;

g) no âmbito do setor público, pela insuficiência de receitas, decorrentes de sistema tributário inadequado, a par de deficientes mecanismos de controle das despesas, que redundavam em sucessivos déficits orçamentários da União;

h) por sistema tributário obsoleto, que gerava uma série de distorções, tais como: (i) incidência cumulativa de tributos sobre certas atividades econômicas (comercialização de produtos industrializados, por exemplo); (ii) incidência fiscal sobre lucros ilusórios, decorrentes do processo inflacionário; (iii) concentração da carga impositiva em número relativamente decrescente de contribuintes; (iv) concorrência tributária entre a União, os Estados e Municípios, com todas as suas implicações econômico-financeiras;

i) pelas constantes paralisações das atividades produtivas por greves e boicotes.

A REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA

Estratégias Adotadas e Resultados Globais Alcançados

Com a Revolução de 1964, tem início a reestruturação da economia do País, envolvendo medidas com vistas ao combate à inflação, ao equilíbrio do balanço de pagamentos, à reformulação do sistema tributário e à criação de bases para a retomada do processo de desenvolvimento.

As estratégias adotadas no processo de recuperação da economia, seguidas com determinação ao longo do período 1964-1977, voltaram-se, basicamente, para os seguintes objetivos:

a) ampliação das oportunidades de investimento;

b) aumento da eficiência dos investimentos públicos e privados;

c) elevação do nível da poupança interna;

d) eliminação das restrições à captação de poupança externa — via aumento das exportações, política seletiva de importações e da adoção de política cambial realista;

- e) controle do processo inflacionário, segundo abordagem gradualista, com simultânea neutralização da maior parte das distorções causadas na economia pelos elevados aumentos de preços;
- f) reformas do sistema tributário e da Administração Pública.

Após o período de reorganização econômico-social, no qual se conferiu prioridade ao combate à inflação, a par de inúmeras outras medidas corretivas, a economia entrou na fase de desenvolvimento acelerado (Tabela II.1) Mesmo computando-se os 4 primeiros anos da Revolução, marcados por moderadas taxas de crescimento, o produto interno bruto — PIB aumentou de 3 vezes em 14 anos, o que equivale a dizer que dobrou seu valor, a cada 5 anos. Este crescimento colocou o País na posição de oitava Nação do Mundo Ocidental em termos de PIB, estimado, em 1977, da ordem de Cr\$ 2 326,1 bilhões (US\$ 164,4 bilhões).

Em termos **per capita**, mesmo com um crescimento populacional da ordem de 2,8% ao ano, o produto dobrou de valor no período, atingindo, em 1977, Cr\$ 20,5 mil (US\$ 1 452).

TABELA II.1
DIMENSÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA, 1963-1977

MAGNITUDES	1963	1977	VARIACÃO NO PERÍODO (%)
Produto Interno Bruto			
— Cr\$ Bilhões de 1977	772,7	2 326,1	201,0
— US\$ Bilhões de 1977	54,6	164,4	201,0
População (Milhões)	76,4	113,2	48,2
PIB Per Capita			
— Cr\$ de 1977	10 119,0	20 547,0	103,0
— US\$ de 1977	715,0	1 452,0	103,0
Investimento Bruto Fixo			
— Cr\$ Bilhões de 1977	145,5	515,9	254,5
— US\$ Bilhões de 1977	10,3	36,5	254,5
Consumo Pessoal			
— Cr\$ Bilhões de 1977	522,8	1 399,4	167,8
— US\$ Bilhões de 1977	37,0	98,9	167,8
Exportações de Mercadorias (US\$ Bilhões)	1,4	12,1	764,3
Importações de Mercadorias (US\$ Bilhões)	1,3	12,0	823,1

FONTES: FGV e IPEA.

Os Investimentos Públicos e Privados

A taxa de investimento na economia elevou-se substancialmente, tendo o investimento bruto fixo atingido Cr\$ 515,9 bilhões em 1977 (22,2% do PIB). Simultaneamente, o consumo pessoal alcançou taxa média de crescimento de 7,4% ao ano, representando mais de 60% do PIB em 1977.

Na busca de condições para a realização do desenvolvimento acelerado, o País logrou solucionar o problema do financiamento da crescente capacidade de investir da economia, mediante a adoção de estratégias macroeconômicas intimamente ligadas à sustentação de adequada taxa de poupança interna — sem sacrificar os níveis de consumo — e da utilização da poupança externa.

Relativamente à estratégia de viabilização dos investimentos através da elevação do esforço interno de poupança, merecem destaque as reformas de 1965, que aperfeiçoaram o sistema financeiro e o mercado de capitais, bem como a criação do mecanismo da correção monetária. Os intermediários financeiros não-bancários e os instrumentos de captação de poupanças mostraram seu amplo alcance a partir de 1968, quando se inicia a elevação da taxa de poupança interna, quer através de mecanismos de poupança voluntária — cadernetas de poupança, letras imobiliárias, debêntures indexadas, etc., quer através de mecanismos de poupança forçada — FGTS e PIS-PASEP.

Complementarmente, importante papel no financiamento dos investimentos (tanto do setor privado quanto do setor público) foi reservado às instituições financeiras oficiais. O BNDE, através da FINAME, possibilitou a expansão do setor de máquinas e equipamentos, além de atender, em caráter preferencial e de forma subsidiária, às pequenas e médias empresas.

A partir de 1974, o Sistema BNDE, reforçado financeiramente com os recursos do PIS-PASEP, e, institucionalmente, pela criação de suas subsidiárias — FIBASE, EMBRAMEC, IBRASA — pôde impulsionar os investimentos, notadamente os do setor privado (insumos básicos e equipamentos, fundamentalmente).

O crescimento acelerado da construção civil, desde 1967, só foi possível graças ao dinamismo que assumiram os programas de habitação postos em prática pelo BNH, gestor dos recursos do FGTS.

O financiamento dos investimentos e do custeio das atividades agropecuária coube ao Banco do Brasil — através de recursos próprios ou de repasses do Banco Central —, ação complementada, a nível regional, pelo BNB e pelo BASA.

Com relação à poupança externa, reveste-se de especial significação a estratégia adotada para o balanço de pagamentos. O Brasil deixou de lado modelo de desenvolvimento introvertido

para preocupar-se com a expansão acelerada das exportações e com a adoção de política mais seletiva de importações. Como resultado das medidas de política econômica adotadas, a poupança externa recomeçou a fluir — e não apenas sob a forma de investimentos. A utilização, como fonte de financiamento dos investimentos, do mercado financeiro internacional constituiu-se em importante característica do chamado modelo econômico brasileiro, desde 1964. A partir de 1974, a estratégia de adaptação gradual da economia à crise do petróleo — gerando grande expansão da dívida externa, somente foi possível graças à credibilidade do País nos mercados financeiros internacionais.

Nesse contexto, a expansão da dívida externa, ocorrida a partir de 1974 (Tabela II.2), deve ser examinada não em termos absolutos, mas considerando-se, de um lado, o desempenho das exportações e, do outro, o perfil dos compromissos que gera, no tempo. Sob este aspecto, é de notar-se o crescimento das exportações, da ordem dos 18% entre 1973 e 1977, com a relação dívida externa líquida/exportações situando-se em 2,04, em 1977. Como é importante observar, em 1977 o País restabeleceu o

TABELA II.2

BRASIL: SETOR EXTERNO, 1960-1977

(US\$ Milhões)

PERÍODO	EXPORTAÇÕES (FOB)	IMPORTAÇÕES (FOB)	BALANÇA COMERCIAL (FOB)	DÍVIDA EXTERNA (SALDO)	
				Bruta	Líquida
1960	1 270	1 293	— 23	3 071	2 726
1961	1 405	1 292	113	3 080	2 610
1962	1 215	1 304	— 89	3 183	2 898
1963	1 406	1 294	112	3 186	2 971
1964	1 430	1 086	344	3 101	2 857
1965	1 596	941	655	3 478	2 995
1966	1 741	1 303	438	3 762	3 341
1967	1 654	1 441	213	3 372	3 174
1968	1 881	1 855	26	3 917	3 660
1969	2 311	1 993	318	4 403	3 747
1970	2 739	2 507	232	5 295	4 108
1971	2 904	3 245	— 341	6 622	4 899
1972	3 111	4 235	— 244	9 521	6 338
1973	6 199	6 192	7	12 572	6 156
1974	7 951	12 641	—4 684	17 166	11 897
1975	8 669	12 210	—3 514	21 171	17 131
1976	10 128	12 346	—2 218	25 985	19 441
1977	12 139	11 999	140	32 037	24 781

FONTES: FGV e BACEN.

equilíbrio de sua balança comercial e a absorção de poupança externa, que atingia 28% da formação de capital em 1974, reduz-se para cerca de 11%.

De outra parte, a evolução da taxa de investimentos, que, no período 1964-1968, esteve em torno de 19% (este período caracterizou-se por crescente absorção da capacidade ociosa, notadamente no setor industrial) não conseguiu alcançar, a partir de 1968, níveis crescentes de participação no PIB, chegando, em 1975, aos 25% (Tabela II.3). Comportamento semelhante pode ser notado na evolução dos investimentos privados que elevam sua participação no PIB de 14% em 1963 para 21% em 1977: o restabelecimento das condições de funcionamento do sistema de mercado e da confiança dos investidores, tanto nacionais como estrangeiros, foi fator fundamental para a elevação dos níveis de investimento privados na economia.

TABELA II.3

BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO — PIB E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO, 1960-1977

PERÍODO	PIB (CR\$ BILHÕES CORRENTES)	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (CR\$ BILHÕES CORRENTES)	(B) / (A) (%)
	(A)	(B)	
1960	3,2	0,8	17,8
1961	4,7	0,8	18,8
1962	7,8	1,6	20,0
1963	14,1	2,9	20,6
1964	27,4	5,5	19,9
1965	44,0	8,1	18,4
1966	63,7	12,5	19,6
1967	86,1	18,7	19,4
1968	122,4	25,9	21,2
1969	161,9	35,8	22,1
1970	208,3	46,4	22,3
1971	276,9	63,3	22,8
1972	363,2	83,2	22,9
1973	489,3	114,7	23,0
1974	719,5	174,3	24,2
1975	1 008,4	255,9	25,4
1976	1 557,5	370,2	23,7
1977	2 328,0	615,9	22,2

O Combate à Inflação

Com relação ao processo inflacionário, as medidas tomadas desde 1964 orientam-se: (a) para a redução do ritmo da inflação, adotada abordagem gradualista, ao invés do tratamento de choque; (b) para a neutralização da maior parte das distorções causadas pelos aumentos de preços.

Quanto ao objetivo de combate à inflação, várias foram as medidas tomadas e vários os instrumentos utilizados. O primeiro grupo de medidas antiinflacionárias do Governo destinou-se a reduzir os déficits da União, através das seguintes providências:

- a) eliminação de subsídios a autarquias e sociedades de economia mista, pela adoção de políticas tarifárias mais realistas;
- b) corte nos investimentos públicos de menor prioridade;
- c) austeridade nas despesas administrativas do Governo;
- d) reforma tributária e melhoria dos métodos de arrecadação, com o aperfeiçoamento da fiscalização, com a correção monetária dos débitos fiscais em atraso e com o enquadramento penal da sonegação fiscal. Como resultado dessas medidas, o déficit da União, de 3,5% do PIB em 1963, já estava totalmente eliminado em 1973 (Tabela II.4).

TABELA II.4

BRASIL: DÉFICIT DE CAIXA DO TESOURO NACIONAL COMO PORCENTAGEM DO PIB, 1960-1977

ANOS	DÉFICIT/PIB (%)
1960	-2,39
1961	-2,89
1962	-3,61
1963	-3,57
1964	-2,65
1965	-1,35
1966	-0,92
1967	-1,42
1968	-1,00
1968	-0,47
1970	-0,36
1971	-0,24
1972	-0,14
1973	0,00
1974	0,00
1975	0,00
1976	0,00
1977	0,00

FONTE: SEPLAN.

A política monetária e creditícia, embora expansiva em termos nominais, diante das tensões de custos, conservou-se bastante restritiva em termos reais, sem, entretanto, traduzir-se em aguda situação de liquidez. Ademais, o desenvolvimento do mercado aberto para as operações com títulos do Governo (ORTNs e LTNs) abriu, a partir de 1969, novas possibilidades de controle da liquidez do sistema econômico, por parte das Autoridades Monetárias.

Também os controles diretos de preços foram postos em prática. Nos dois primeiros anos de Revolução esses controles haviam sido praticados no setor industrial sob a forma de adesão voluntária das empresas em troca de determinados incentivos fiscais. A partir de 1967, com a implantação da Comissão Nacional de Estabilização de Preços — CONEP, depois com a da Comissão Interministerial de Preços — CIP, tais controles tornaram-se muito amplos, passando a atingir compulsoriamente a maioria dos grandes segmentos industriais.

Outra característica importante da política antiinflacionária que vem sendo adotada no Brasil desde 1967 é a ênfase no aumento da produtividade agrícola. Experiências como as de 1966, 1975 e 1977 deixaram claro que, em um ano de más safras, os resultados do combate à inflação podem ser bastante prejudicados, ainda que se imponham maiores austeridades fiscal, monetária e creditícia.

O mais árduo combate à inflação desenvolveu-se nos primeiros anos da Revolução, embora venha prosseguindo até hoje. Em 1964 a inflação brasileira não era apenas galopante: estava também reprimida, por uma série de controles praticados de 1961 a 1964. A política de combate direto à inflação logrou alcançar resultados inequívocos, apesar da relativa reaceleração do processo inflacionário verificada desde a crise do petróleo (1973). Medida pelo Índice geral de preços, a inflação anual caiu de 90,5% em 1964 para 15,1% em 1973, enquanto o Índice de custo de vida do Rio de Janeiro decresceu de 91,4 para 12,6% (Tabela II.5). Após a crise mundial de energia, com a reaceleração do processo inflacionário, o País voltou a experimentar taxas relativamente altas de inflação — em torno de 40% em 1976 e 1977 — sem, contudo, ressentir-se dos efeitos ocorridos no passado, tendo em vista os mecanismos neutralizadores das distorções dos aumentos de preços existentes.

Com efeito, com vistas à neutralização da maior parte das distorções causadas pela inflação, várias e importantes medidas foram postas em prática, desde 1964. A introdução da correção monetária restabeleceu o interesse na compra de títulos públicos e privados, na aquisição de imóveis para aluguel e os financiamentos imobiliários expandiram-se muito além das previsões, graças ao Sistema Financeiro da Habitação. As empresas passaram a depreciar seus ativos com base nos valores corrigidos

TABELA II,5

BRASIL: TAXAS DE INFLAÇÃO (VARIÇÕES MÉDIAS ANUAIS)

ANOS	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DISPONIBILIDADE INTERNA	ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO DISPONIBILIDADE INTERNA	CUSTO DE VIDA DO RIO DE JANEIRO
1960	29,2	31,3	29,3
1961	37,1	71,2	33,2
1962	51,7	50,2	51,5
1963	75,4	76,0	70,8
1964	90,5	81,3	91,4
1965	56,8	53,7	65,9
1966	37,9	41,1	41,3
1967	28,4	26,7	30,5
1968	24,2	22,7	22,3
1969	20,8	19,1	22,0
1970	19,8	19,3	22,7
1971	20,4	21,5	20,2
1972	17,0	17,7	16,4
1973	15,1	15,4	12,6
1974	28,7	29,1	27,7
1975	27,7	27,8	29,0
1976	41,3	40,4	41,9
1977	42,7	40,6	43,7

FONTE: FGV.

monetariamente e a calcular reservas para manutenção do capital de giro. O Imposto sobre a Renda somente passou a incidir sobre os ganhos reais, não atingindo lucros ilusórios. Os reajustes salariais das diferentes classes tornaram-se mais homogêneos. Os serviços de utilidade pública passaram a ser remunerados em função do custo histórico atualizado, isto é, corrigido monetariamente.

Essa convivência menos tensa com a inflação, no entanto, tem tido o seu preço: o elevado coeficiente de realimentação inflacionária. Esta realimentação, por certo, constitui ainda um dos mais sérios focos de resistência à baixa da taxa de inflação no Brasil.

As Reformas Tributárias e da Administração Pública

A política fiscal e orçamentária apresentou, a partir da reforma tributária de 1967, os seguintes resultados principais (Tabelas II.6 e II.7):

a). eliminação, a partir de 1973, do déficit de caixa do Tesouro Nacional, conforme mencionado (a partir de 1964, os resultados

negativos do Tesouro passaram a ser financiados através da emissão de títulos da dívida pública);

b) recuperação, a partir de 1964, da capacidade de tributação do setor público, quer pelo simples aumento da produtividade do aparelho fiscal, quer pela gradativa modernização da máquina arrecadadora; a tributação, que em 1963 representava 15,9 do PIB, evolui até chegar aos 24,9% prevaletentes em 1975;

c) adequação tributária à nova realidade econômica, permitindo ação mais racional sobre os contribuintes, bem como propiciando os recursos indispensáveis à execução de política de incentivos aos investimentos regionais e setoriais, de captação de recursos para investimentos na infra-estrutura e do fortalecimento da empresa nacional;

d) distribuição mais eqüitativa da tributação, onde sobressai a redução da forte predominância dos impostos indiretos no montante arrecadado pelo setor público;

e) expansão da carga tributária bruta, objetivando o equilíbrio fiscal, paralelamente à correta utilização dos mecanismos de incentivos fiscais;

TABELA II.6

**BRASIL: DISPÊNDIOS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE
E TRANSFERÊNCIAS AOS ESTADOS E
MUNICÍPIOS (% S/PIB)**

PERÍODO	DISPÊNDIOS SOCIAIS (União e Estados)		TRANSFERÊNCIAS TOTAIS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
	Educação	Saúde	
1963	1,42	1,18	0,48
1964	1,40	0,88	0,62
1965	2,18	1,23	0,61
1966	2,25	1,13	0,72
1967	2,22	1,65	0,79
1968	2,18	1,66	0,88
1969	2,41	1,80	1,31
1970	2,35	1,77	1,28
1971	2,37	1,60	1,64
1972	2,54	1,88	1,47
1973	2,45	1,68	1,54
1974	2,18	1,66	1,48
1975	2,31	1,81	1,63
1976	2,33	2,35	1,62
1977	2,55	2,07	1,73

TABELA II.7

BRASIL: CARGA TRIBUTÁRIA, CONSUMO E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL DO SETOR PÚBLICO (% S/PIB)

PERÍODO	CARGA TRIBUTÁRIA					CONSUMO		FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	
	Bruta			Transferências a Consumidores	Subsídios	Carga Tributária Líquida	Bens e Serviços		Pessoal
	Direta	Indireta	Total						
1963	4,54	11,39	15,93	3,75	1,32	10,86		4,31	
1964	4,67	12,35	17,02	3,91	1,26	11,85		4,38	
1965	5,82	13,25	19,07	4,91	1,40	12,76	3,23	7,08	
1966	6,63	15,17	21,80	5,22	0,94	15,64	3,24	7,22	
1967	6,95	13,81	20,76	6,16	0,77	13,83	3,22	7,68	
1968	7,38	15,47	22,85	6,76	0,68	15,41	3,30	7,10	
1969	8,32	15,91	24,23	7,29	0,66	16,28	3,19	6,99	
1970	8,61	15,31	23,92	7,93	0,55	15,44	2,81	7,36	
1971	8,96	14,60	23,56	7,08	0,63	15,85	2,61	7,34	
1972	10,05	14,83	24,88	7,55	0,56	16,77	2,68	6,97	
1973	10,51	14,74	25,25	7,63	0,45	17,17	2,99	6,62	
1974	10,84	14,18	25,02	7,04	0,68	17,30	2,93	6,17	
1975	11,66	13,21	24,87	7,75	0,77	16,35	3,24	6,61	

FONTE: CPG/IPLAN/IPEA.

f) evolução mais suave da carga tributária líquida, como resultado principalmente de uma expansão no volume das transferências aos indivíduos (com os subsídios gradativamente perdendo expressão, quando confrontados com o PIB);

g) participação crescente das transferências do Governo Federal aos Estados e Municípios: 0,49% do PIB em 1963, 1,73%, em 1977 (Tabela II.6);

h) aceleração dos dispêndios na área social: as despesas em educação e saúde representaram 4,62% do PIB em 1977, resultado superior em 94% ao encontrado em 1964 (2,3% do PIB); em termos **per capita**, o crescimento dessas despesas foi bem superior ao do PIB, pois enquanto este duplicou seu valor, em termos reais, aqueles praticamente quadruplicaram (Tabela II.8);

i) redução das despesas de consumo do Governo, em contrapartida à aceleração das transferências de recursos aos indivíduos: as despesas de consumo do Governo representavam, em 1975, 9,9% do PIB (10,3% em 1965) e as transferências aos indivíduos, 7,8% (4,9% em 1965).

TABELA II.8

BRASIL: EVOLUÇÃO REAL DE ALGUNS AGREGADOS PER CAPITA
(1960 = 100,0)

ANOS	PIB	DISPÊNDIOS EM EDUCAÇÃO (União e Estados)	DISPÊNDIOS EM SAÚDE (União e Estados)	CARGA TRIBUTÁRIA	
				Bruta	Líquida
1960	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1961	107,2	109,5	86,7	97,5	89,4
1962	109,7	124,3	107,0	96,3	83,1
1963	108,2	99,0	110,6	97,6	87,8
1964	108,3	96,9	91,3	103,5	95,0
1965	111,0	150,1	113,1	115,1	101,6
1966	111,9	157,7	105,8	134,1	126,9
1967	114,1	158,8	158,1	130,8	114,9
1968	123,3	173,8	168,2	160,0	142,3
1969	131,7	203,9	204,3	180,5	160,0
1970	139,3	209,1	208,8	186,0	158,4
1971	153,6	223,3	203,2	196,7	174,5
1972	166,9	262,9	234,7	226,7	201,4
1973	184,9	294,4	272,8	266,7	239,3
1974	197,6	286,6	298,2	288,6	263,0
1975	203,2	324,0	340,4	306,5	265,8
1976	215,9	347,1	469,9
1977	219,9	386,1	420,0

FONTE: IPEA.

A Política Salarial

No campo da política salarial foram substituídas as negociações diretas de empresas e empregados que, na prática, vinham ocasionando:

a) aumentos desmesurados dos salários reais dos trabalhadores mais fortemente organizados sindicalmente e perdas para os demais;

b) paralisações das atividades produtivas, através de boicotes e greves ilegais.

Adotaram-se, então, fórmulas de reajustes salariais aplicáveis no caso de acordos e dissídios coletivos do trabalho, que, ao longo do período 1964-1977, foram sendo aperfeiçoadas. Na sua atual formulação, a sistemática leva em conta a inflação passada; acrescida de uma percentagem representativa do aumento da

produtividade, além de se considerar certa previsão de resíduo inflacionário. O resultado desta política, até 1977, mostrava total normalização das relações entre empregado e empregador, com ganhos de eficiência para o sistema produtivo. Ao lado disso, o salário real médio na indústria de transformação cresceu à taxa média anual de 5,9%, alcançando Cr\$ 4 305,0 em 1977 (Tabela II.9).

Os níveis de salário mínimo real resultaram assimétricos, tendo em vista a deliberada política de eliminar a defasagem entre o maior e o menor valores. Assim, enquanto o salário mínimo real médio do Rio de Janeiro sofreu queda no período 1964-1977, o mesmo valor calculado para Teresina cresceu de Cr\$ 578,00 a Cr\$ 759,40 (Tabela II.10).

Note-se que essa situação ganha outro aspecto quando aos valores de salário mínimo real se acresce o 13.^o salário, a partir de 1962, e também o abono salarial do PIS (14.^o salário), a partir de 1977 (Tabela II.10).

TABELA II.9

**BRASIL: SALÁRIO MÉDIO MENSAL DA
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, 1961-1977**

(Cr\$ de 1977)

ANOS	SALÁRIO MÉDIO MENSAL(*)
1961	2 304,6
1962	2 391,1
1963	2 333,5
1964	2 555,2
1965	2 161,5
1966	2 003,5
1967	1 921,2
1968	1 994,1
1969	2 792,3
1970	2 878,4
1971	2 956,8
1972	3 132,5
1973	3 377,2
1974	3 570,8
1975	3 862,5
1976	4 064,8
1977	4 305,0

FONTES: IBGE — IPEA.

NOTA: a) Para 1977, o salário médio mensal foi calculado multiplicando-se o valor de 1976 pela taxa de crescimento média anual verificada no período 1965/1976 (5,91%).

Foi usado como inflator o Índice de Preços ao Consumidor Nacional, elaborado pelo CDI/Ministério do Trabalho. Nos anos de 1963 e 1964, foi calculado o salário médio mensal dividindo-se o total de salários pagos durante o ano pelo pessoal ocupado em 31 de dezembro.

TABELA II.10
SALÁRIO MÍNIMO REAL (MÉDIA DO ANO)
VALORES EM CRUZEIROS DE 1977

ANOS	SALÁRIO MÍNIMO REAL			
	Rio de Janeiro ^(a)		Teresina ^(a)	
	Sem 13. ^o Salário	Com 13. ^o Salário ^(b)	Sem 13. ^o Salário	Com 13. ^o Salário ^(b)
1960	1 311,20	1 311,20	546,80	546,80
1961	1 524,00	1 524,00	635,50	635,50
1962	1 317,00	1 404,20	549,20	585,60
1963	1 231,60	1 307,10	528,40	560,70
1964	1 152,00	1 232,90	539,30	579,00
1965	1 105,50	1 192,80	589,80	637,40
1966	1 027,20	1 105,80	582,10	627,00
1967	983,50	1 062,70	561,60	606,80
1968	997,90	1 076,60	586,30	632,80
1969	953,70	1 029,90	589,70	637,80
1970	935,30	1 010,90	612,60	663,00
1971	936,50	1 013,80	626,50	678,30
1972	960,90	1 041,60	649,60	704,30
1973	997,90	1 080,20	681,60	738,00
1974	941,80	1 023,70	658,80	716,80
1975	1 005,50	1 085,60	710,90	767,50
1976	988,20	1 067,90	700,10	756,60
1977	988,20	1 158,40	702,30	823,00

NOTAS: a) Foi usado como inflator o Índice de Custo de Vida do Rio de Janeiro, elaborado pela FGV.
b) Considerando o 13.^o Salário pago integralmente em dezembro de cada ano. Em 1977, incluiu-se também o 14.^o Salário pago em agosto desse ano.

III - A INDÚSTRIA E A MINERAÇÃO

INDÚSTRIA

Pode-se hoje afirmar que o País já atingiu estágio de industrialização bastante próximo do alcançado pelos países desenvolvidos e que o comportamento da atividade industrial é fator decisivo na explicação do comportamento da economia nacional.

Com efeito, o rápido crescimento da economia brasileira no período 1963-1977 deveu-se, em grande medida, ao desempenho do setor industrial, traduzido, entre outros aspectos, no maior dinamismo relativo da expansão de sua produção e em sua crescente contribuição para a redução da dependência do País, frente ao exterior no que respeita ao abastecimento do consumo interno de produtos industriais.

Os dados constantes da Tabela III.1 permitem observar que a indústria teve sua produção multiplicada por 4,6 vezes entre 1959 e 1977 e por 2,3 vezes no período 1959-1970. Sua contribuição para formação do PIB cresceu de 32,6 para 37,3%, entre 1959 e 1977.

A indústria de transformação, por sua vez, mostrou-se igualmente dinâmica, com sua produção multiplicando-se por 4,4 vezes no período 1959-1977, e sua contribuição para a formação do PIB elevando-se de 25,1 para 28,2%.

No que concerne à redução da dependência externa de produtos industriais, entre 1959 e 1977 a participação da produção interna no consumo aparente de produtos industriais elevou-se de 95,9 para 99,5%. Com o resultado observado em 1977, o Brasil praticamente passou a ser um País auto-suficiente, em termos globais, de produtos provenientes da indústria de transformação (Tabela III.1).

Deve ser ressaltado, por outro lado, que a própria estrutura da indústria de transformação, em seu processo de adaptação às profundas mudanças ocorridas no âmbito da economia do País e em suas relações econômicas com o exterior, modificou-se no período. Tais modificações deram-se no sentido do amadurecimento do perfil industrial do País, consubstanciando-se no aumento da posição relativa dos setores de bens intermediários e bens de capital, levando a maior complementariedade entre os diferentes setores produtivos, seja no âmbito da indústria de transformação, seja com respeito a toda a economia.

TABELA III.1

EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA: INDICADORES GLOBAIS, 1959-1977
(Cr\$ milhões de 1977)

ESPECIFICAÇÃO	ANOS		
	1959	1970	1977
Produto Interno Líquido — PIL	460 254	898 666	1 925 672 (*)
Produto da Indústria	150 292	325 868	719 221 (*)
Produto da Indústria de Transformação	115 424	246 135	534 675 (*)
Participação da Indústria no PIL (%)	32,6	36,3	37,3
Participação da Indústria de Transformação no PIL (%)	25,1	27,4	28,2
Índice do Produto Real da Indústria	100	231	465
Índice do Produto Real da Indústria de Transformação	100	227	444
Valor da Produção da Indústria de Transformação	283 751	626 140	1 565 000 (=)
Exportação de Produtos da Indústria de Transformação	28 211	31 034	101 163
Importação de Produtos da Indústria de Transformação	38 715	52 299	109 246
Consumo Aparente de Produtos da Indústria de Transformação	296 015	647 404	1 573 083
Participação do Valor da Produção no Consumo Aparente de Produtos da Indústria de Transformação (%)	95,9	96,7	99,6

FONTES: FGU-MINIFAZ-IBGE.

NOTA: a) Estimativa do IPEA.

A Tabela III.2 evidencia as substanciais alterações ocorridas no período. A participação das indústrias de bens intermediários e bens de capital no valor da produção da indústria de transformação, entre 1959 e 1974, cresceu de 29,5 para 36,8% e de 8,8 para 14%, respectivamente. A situação estrutural da indústria de transformação, em 1977, coloca o Brasil, neste aspecto, muito mais próximo das nações desenvolvidas do que daquelas em processo de desenvolvimento.

Deve ser ressaltada a influência da política industrial posta em prática, a partir de 1974, na conformação da mencionada estrutura produtiva, através dos ambiciosos programas de desenvolvimento da produção interna de insumos básicos e bens de capital, não obstante o fato de que muitos dos seus projetos ainda estejam em fase de execução.

TABELA III.2

COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, 1959-1974^(a)

AGRUPAMENTOS	1959		1970		1974	
	Valor (Cr\$ milhões)	Composição (%)	Valor (Cr\$ milhões)	Composição (%)	Valor (Cr\$ milhões)	Composição (%)
Bens de Consumo Não-Durável ^(b)	161 353	56,9	311 385	49,7	579 298	42,1
Bens de Consumo Durável ^(c)	13 707	4,8	43 593	7,0	97 296	7,1
Bens Intermediários ^(d)	83 682	29,5	198 286	31,6	507 177	36,8
Bens de Capital ^(e)	25 009	8,8	72 881	11,6	193 135	14,0
Indústria de Transformação	283 751	100,0	626 145	100,0	1 376 906	100,0

FONTE: FIBGE.

NOTAS: a) Valor da produção a preços constantes de 1977.

b) Perfumaria, sabões e velas; têxtil; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; produtos alimentares; bebidas; fumo; madeira; mobiliário; couros e peles; produtos farmacêuticos e veterinários; produtos de matérias plásticas e diversos.

c) Máquinas e aparelhos para uso doméstico; cronômetros e relógios; aparelhos elétricos para uso doméstico e pessoal; televisores; rádios, fonógrafos, toca-discos, toca-fitas e gravadoras de fitas; automóveis, camionetes e utilitários e partes e peças e acessórios para veículos automotores e para recondiçãoamento ou recuperação de motores para veículos automotores; bicicletas e triciclos, inclusive peças.

d) Produtos minerais não-metálicos; metalurgia; papel e papelão; borracha e química.

e) Mecânica; material elétrico e de comunicações; material de transporte (exclui os bens relacionados como de consumo durável).

A produção física de produtos específicos importantes e a participação da produção no abastecimento do consumo interno igualmente põem em relevo os resultados alcançados no campo do desenvolvimento industrial.

Conforme pode-se constatar na Tabela III.3, dos 24 produtos nela incluídos, a produção alcançada em 1977, em apenas um caso (barrilha) foi inferior a 3,5 vezes o nível observado no ano de 1963. Por outro lado, em nada menos de 9 casos (alumínio, cobre, PVC, polietileno, poliestireno, fibras sintéticas, elastômeros sintéticos, fertilizantes nitrogenados e fertilizantes fosfatados), correspondendo a 38% do total, o referido índice foi superior a 6 vezes. Finalmente, em 4 casos (cobre, polietileno, fibras sintéticas e fertilizantes fosfatados — cerca de 17% do total), o índice foi superior a 14 vezes.

Estes dados são suficientes para evidenciar o notável esforço realizado no período, capaz de possibilitar expansão tão rápida em produtos de tecnologia complexa e altamente dependentes de investimentos intensivos em capital.

Vale destacar que foi no campo dos produtos intermediários onde se alcançaram resultados de maior impacto em termos de crescimento, o que, em parte, se deve ao fato de haver sido essa uma área propícia para o avanço do processo de substituição de importações. Serve como evidência para esta afirmativa a constatação de que, em 12 dos 19 produtos intermediários considerados (63% do total), tenha crescido a contribuição da produção para o atendimento do consumo interno, não obstante o rápido crescimento da demanda, especialmente no início deste década.

A produção de bens de consumo durável apresentou, de um modo geral, desempenho satisfatório, valendo mencionar o ocorrido com a produção de automóveis, em vista da importância econômica do setor e da complexidade tecnológica que lhe é inerente: ao atingir a produção de 785 mil unidades em 1977, a produção de automóveis para passageiros e de utilitários representou 5,2 vezes o nível verificado em 1963.

Dentre os bens intermediários, cabe atentar, em primeiro lugar, para o comportamento da indústria siderúrgica, atividade reconhecidamente básica à aceleração do processo de desenvolvimento. Neste campo, a conjugação de esforços do setor público (produção de laminados planos) e do setor privado (produção de laminados não-planos) permitiu atingir, em 1977, produção da ordem de 11,2 milhões de t de lingotes equivalentes, acarretando aumento no coeficiente produção/consumo de 81% em 1963 para 95% neste último ano. Mencione-se, por outro lado, que como consequência da continuidade de execução do Programa Siderúrgico Nacional, o nível de produção do País deverá situar-se em torno de 15,6 milhões de t em 1980.

TABELA III.3

**EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
INDICADORES DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS ESPECÍFICOS, 1963-1977**

UNIDADE	PRODUÇÃO			CONSUMO APARENTE			ÍNDICE DA PRODUÇÃO: 1963 = 100			PRODUÇÃO/CONSUMO APARENTE (%)		
	1963	1970	1977	1963	1970	1977	1963	1970	1977	1963	1970	1977
BENS DE CONSUMO DU- RAVEL												
Televisores	Mil	336	816	1 294	243	385
Geladeiras	Mil	340	525	1 421	154	418
Automóveis, Camionetas e Utilitários	Mil	150	374	785	249	523
BENS INTERMEDIÁRIOS												
Laminados de Aço (Lingotas Equivaleentes)	Mil t	2 824	5 390	11 170	3 473	5 517	11 790	100	191	395	81	95
Alumínio	Mil t	23	64	201	50	105	310	100	278	874	46	65
Cobrite	Mil t	2	33	46	51	86	231	100	1 650	2 300	4	20
Zinco	Mil t	-	12	55	39	56	114	-	-	-	-	21
Chumbo	Mil t	18	35	77	34	37	92	100	194	428	53	84
Soda Cáustica	Mil t	86	147	303	245	310	483	100	171	352	35	47
Berriha	Mil t	76	111	142	105	113	262	100	146	187	72	63
Ácido Sulfúrico	Mil t	288	372	1 477	288	561	1 573	100	129	512	100	94
Cloreto de Polivinila (PVC)	Mil t	22	46	162	22	68	214	100	209	736	100	76
Poliétileno	Mil t	11	30	254	16	94	301	100	273	2 309	69	84
Poliestireno	Mil t	12	24	79	12	35	78	100	200	658	100	101
Fibras Sintéticas	Mil t	11	44	159	13	56	167	100	400	1 445	85	79
Elastômeros Sintéticos	Mil t	30	78	183	36	83	209	100	243	610	83	88
Cloro	Mil t	74	133	133	74	83	209	100	180	350	100	100
Cimento	Mil t	5 184	9 002	20 528	5 200	9 329	20 938	100	174	396	99	98
Papel	Mil t	657	1 099	1 234	708	1 283	2 510	100	167	340	93	36
Celulose	Mil t	259	664	1 497	237	653	1 227	100	256	578	109	122
Fertilizantes Nitrogenados (N)	Mil t	13	20	(*) 200	65	276	(*) 481	100	153	1 538	20	7
Fertilizantes Fosfatados (P ₂ O ₅)	Mil t	99	169	(*) 875	157	416	(*) 1285	100	171	884	63	41
BENS DE CAPITAL												
Caminhões e Ônibus	Mil	24	42	113	100	175	471
Tratores	Mil	11	17	56	100	154	527

FONTES: FIBGE, BNDE, IPEA.
NOTA : a) Ano de 1976.

A produção de fertilizantes nitrogenados e fosfatados expandiu-se consideravelmente, atingindo, em 1976, índices iguais a 15,3 vezes e 8,8 vezes os observados em 1963. O impacto sobre o coeficiente produção/consumo interno, porém, foi bastante atenuado pelo fato de o consumo haver também crescido de forma muito rápida, como conseqüência das ações postas em prática pelo Governo Federal, especialmente nos anos mais recentes, com vistas à difusão do uso de fertilizantes na agricultura. Entre essas ações, destaca-se sobremaneira a redução dos preços do produto para o usuário, mediante a concessão de subsídios.

A produção de cimento, por sua vez, ao atingir 20,9 milhões de t em 1977, representou cerca de 4 vezes o nível observado em 1963, tendo sido seu desempenho fator decisivo para que a indústria de construção civil alcançasse altas taxas de crescimento.

Ainda no campo dos bens intermediários, salienta-se que a produção de celulose cresceu bastante no período. Ao atingir a cifra de 1,5 milhão de t em 1977, ou seja, 5,8 vezes a observada em 1963, permitiu que o País realizasse exportações líquidas de 330 mil t.

No que concerne aos bens de capital incluídos na tabela (caminhões e ônibus e tratores) em ambos os casos o desempenho da produção destacou-se pelo grande dinamismo apresentado, multiplicando-se por 4,7 vezes e 5,2 vezes, respectivamente entre 1963 e 1977.

MINERAÇÃO

Breve retrospecto da evolução do setor mineral brasileiro evidencia acentuada expansão da produção mineral, que cresceu a taxas superiores às de outros segmentos da economia. Com efeito, enquanto os setores industrial e agrícola cresceram, respectivamente, a taxas médias anuais de 7 e 4% (período 1960-1970), o setor mineral apresentou um crescimento anual de cerca de 15,8% a.a.

O crescimento do setor no período 1964-1973 correspondeu a 2 vezes o apresentado pelo PIB. Nesses 10 anos a taxa média de crescimento do PIB foi da ordem de 7,8% a.a., enquanto a do setor mineral situou-se em 15,9% a.a.

Esse desempenho foi possível graças ao esforço governamental, que se reflete na instituição e execução de vários projetos, entre os quais vale destacar:

a) Projeto Radar do Brasil (Projeto Radam), envolvendo o levantamento aerofotogramétrico geral do País;

b) Projeto REMAC, envolvendo o mapeamento, pesquisa de recursos minerais e estudos diversos na margem continental brasileira;

c) mapeamento geológico básico do País;

d) construção e ampliação de usinas de pelotização;

e) prospecção de minerais para quantificação das reservas existentes;

f) ampliação da capacidade de mineração de ferro no vale do rio Doce;

g) planejamento da execução do Projeto Carajás, visando à exploração da jazida de minério de ferro para exportação; e

h) planejamento e início de implantação do Projeto Trombetas, no Pará, visando à mineração e exportação de bauxita.

No plano institucional, a criação, em 1969, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM marcou o início de uma nova fase de dinamismo no setor, propiciando melhor desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa mineral.

Em termos de capacidade de produção e de exportação, o comportamento da mineração no período 1964-1977, traduz-se nos significativos incrementos da produção de importantes minérios, conforme se observa na Tabela III.4.

TABELA III.4

BRASIL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS, 1964-1977

ESPECIFICAÇÃO	REALIZAÇÕES		AUMENTO NO PERÍODO (%)
	1964	1977	
Minério de Ferro (t)			
Produção	16 841 378	100 802 564	498,5
Exportação	9 729 630	58 540 946	501,7
Minério de Manganês (t)			
Produção	1 474 321	2 735 458	85,5
Exportação	832 918	570 109	-31,6
Alumínio (t)			
Produção (Minério)	187 963	1 352 065	619,3
Exportação (Metal)	3,7	2 991	80 737,8
Estanho (t)			
Produção (Minério)	1 116	9 525	753,6
Exportação (Metal)	—	5 219	—
Chumbo (t)			
Produção (Minério)	237 228	266 377	12,3
Exportação (Metal)	5,5	3	-45,5

FONTES: ONPM — IPEA.

IV - A AGROPECUÁRIA

No período 1963-1977, a evolução da agropecuária é marcada por duas fases bem distintas: a primeira, de relativa estagnação, entre 1965 e 1970, quando o produto cresceu à taxa de 0,4% ao ano, e a segunda, a partir de 1971, de rápida expansão, com o produto crescendo à média anual de 6,3%.

Esse dinamismo ocorrido no período 1970-1977 em parte resultou das boas condições do mercado internacional, que favoreceram as exportações tradicionais e permitiram o aparecimento de novos produtos destinados ao mercado externo. Além disso, o incentivo à produção substitutiva das importações possibilitou a expansão da cultura do trigo, que, apesar de todas as dificuldades surgidas, conseguiu crescer acentuadamente, no período.

Destaquem-se, nesse período, o aparecimento da soja, da laranja e do trigo como culturas de grande valor na produção agrícola, e o fortalecimento do cultivo da cana, do fumo, do cacau, da mamona, do milho e do arroz. Ademais, registre-se a expansão acelerada de produtos hortigranjeiros, tendo como estimulante o rápido processo de urbanização.

Com a finalidade de incentivar a produção agrícola, o Governo procurou criar condições favoráveis para a utilização de insumos modernos, notadamente mecanização, adubação, defensivos, irrigação e consumo de rações balanceadas. Para tanto difundiu-

se amplamente o crédito rural, tanto em termos de disponibilidade de recursos, como pela prática de juros altamente subsidiados.

Ao mesmo tempo em que se estimulava a iniciativa privada através do sistema financeiro, o setor público tomava outras medidas para auxiliar diretamente a agricultura, notadamente sob a forma de assistência técnica e extensão rural, de pesquisa e promoção agrícolas.

De um modo geral, pode-se afirmar ter sido de fundamental importância a atuação do setor público para o desenvolvimento da agropecuária, sobretudo sua intervenção nos momentos conjunturalmente mais críticos, com vistas a manter a renda dos produtores. Neste caso, salientem-se os subsídios aos insumos e aos produtos, seja diretamente ao preço, pela redução de impostos, ou ainda pelo menor custo do financiamento.

PRODUÇÃO

Modificou-se substancialmente, nos últimos anos, a estrutura da produção de lavouras do País. A soja chegou a ser o primeiro produto agrícola, ao passo que perdiam sua importância relativa o café, o algodão, a banana, a batata e o amendoim e evoluíam o trigo, a laranja, o milho e a mandioca. Manteve-se estável a produção de arroz, feijão e cacau. Entre os produtos animais destaque-se o crescimento da produção de aves e ovos, com perdas relativas das demais carnes e do leite, embora estes mantenham-se entre os principais produtos de origem animal.

A área cultivada ampliou-se consideravelmente, atingindo 46,3 milhões de ha, contra 30,0 milhões de ha existentes em 1963.

A produtividade cresceu lentamente, permanecendo estagnada para alguns produtos importantes como o café, o algodão arbóreo, o feijão, o arroz de sequeiro, a mandioca e o trigo. Poucos produtos conseguiram resultados positivos, entre os quais a batata, o cacau, a cana, o fumo, a laranja, a soja e o tomate.

No que se refere à produção específica, por produtos, a soja passou de 323 mil t em 1963 para 12,6 milhões em 1977 e com isso a produção de oleaginosas (soja, mamona, amendoim e semente de algodão) cresceu de 2,4 para 13,4 milhões de t, no período. A produção de cereais e feijão elevou-se de 18,5 milhões de t em 1963 para 32,5 milhões em 1977, destacando-se o crescimento do trigo (em termos relativos) e do milho (em números absolutos). O feijão registrou pequeno aumento de produção, passando de 1,9 para 2,3 milhões de t — 1,3% ao ano.

EXPORTAÇÕES

O setor agrícola contribuiu decisivamente para a concretização de um dos objetivos prioritários da economia brasileira dos últimos anos: a ampliação das exportações. Estáveis por longo período, as exportações de produtos agrícolas, apoiadas pelo Governo, começaram a crescer a partir de 1968, registrando níveis sem precedentes durante os anos que se seguiram, até 1977. Contudo, é importante mencionar que as exportações de produtos primários foram bastante favorecidas pelos preços mais elevados, especialmente a partir de 1973. Antes de 1963 as exportações agrícolas baseavam-se em sete produtos principais (café, açúcar, algodão, cacau, sisal, fumo e óleo de mamona) que representavam cerca de 85% do valor total das exportações agrícolas e 75% do valor das exportações totais. Até 1963, o café representava mais de 60% das exportações agrícolas. Esta estrutura começou a modificar-se a partir de 1965, e, principalmente, a partir de 1971, com o crescimento das exportações de soja e derivados, carne bovina, suco de laranja e milho. A estrutura das exportações de produtos agrícolas já estava totalmente modificada no início dos anos 70 e, em 1973, o café representava apenas 30% de seu valor total. Nem mesmo os altos preços desse produto durante 1976-1977 alteraram substancialmente sua participação relativa.

Nesse período, além das exportações de soja (que de US\$ 3,1 milhões em 1963 atingiram US\$ 2,1 bilhões em 1977), do suco de laranja, da carne bovina e do milho (mais de US\$ 150 milhões cada), ocorreram modificações em produtos tradicionais como açúcar, cacau, algodão e o próprio café, que passaram a ampliar suas exportações (particularmente sob a forma de produtos beneficiados ou industrializados).

No global, as exportações agrícolas passaram, no período 1963-1977, de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 7,6 bilhões, crescendo à média anual de 13,8%, embora perdessem importância relativa, caindo de 89,7% das exportações totais em 1963 para 63% em 1977.

INSUMOS MODERNOS

A agricultura brasileira ainda tem na expansão da área e do emprego suas principais fontes de crescimento. Esse fato decorre da disponibilidade relativamente abundante desses fatores, que se reflete sobre seus preços relativos. A atuação governamental procurou alterar essa estrutura de produção via utilização de insumos modernos, objetivando aumentar a produtividade do trabalho e das culturas e tornar a produção nacional mais competitiva nos mercados externos. O caminho para estimular

a utilização de insumos modernos teria de ser a redução de seus preços relativos, através de subsídios, isenção de impostos e de juros ou da política de preços. Como consequência dessa atuação, expandiram-se rapidamente a mecanização e a utilização de fertilizantes, superando, inclusive, as próprias previsões iniciais.

O número estimado de máquinas em uso na agricultura elevou-se de 80 para 380 mil e a produção nacional de 11,0 para 59,5 mil, de 1963 para 1977. Ao mesmo tempo, a utilização de fertilizantes passava de 300 mil t para 3,1 milhões de t, enquanto a participação da produção nacional no consumo de nitrogenados de 22,5% em 1963 para 34% em 1977 e a dos fosfatados de 29 para 72%.

Os defensivos também tiveram sua utilização ampliada no período, de 15,8 mil t em 1963 para 77,4 mil t em 1977.

As rações balanceadas foram outro insumo que teve seu consumo amplamente difundido, sendo o principal suporte para a ampla introdução do consumo de aves e de ovos, ao mesmo tempo em que se expandiu sua utilização entre os animais de médio e grande porte, especialmente suínos e bovinos de leite.

Estima-se que, em 1963, as sementes melhoradas eram utilizadas em apenas 20% da área cultivada total, atingindo, em 1977, 56%.

Esses indicadores revelam a importância do papel desempenhado pelo Governo para elevar a utilização de insumos modernos pela agricultura. A partir da instituição de uma série de incentivos, o setor agrícola passou a intensificar a utilização de insumos modernos e a dedicar-se à produção comercial em maior escala, disto resultando o surgimento de novos produtos de exportação e a ampliação da agroindústria, principalmente a de rações.

APOIO GOVERNAMENTAL

O apoio governamental ao setor agrícola tem sido dado principalmente sob a forma de crédito rural. Embora as estatísticas só se tenham aperfeiçoado a partir de 1969, pelos dados existentes pode-se estimar que, em 1963, o crédito destinado aos produtores agropecuários tenha sido de cerca de Cr\$ 38 bilhões. Em 1977 esses recursos se elevaram a Cr\$ 160 bilhões, proporcionando aumento de 10,8% ao ano, em termos reais, o que demonstra que o setor público não somente financiou o crescimento da agricultura nesse período (cerca de 5,1%), como também destinou recursos para substituir os recursos próprios dos produtores.

TABELA IV.1

**PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA BRASILEIRA,
1963-1977**

PRODUTOS	PRODUÇÃO (Mil t)		ÁREA CULTIVADA (Mil ha)		PRODUTIVIDADE (kg/ha)	
	1963	1977	1963	1977	1963	1977
Algodão	1 957	1 903	3 554	4 097	551	464
Amendoim	604	324	423	229	1 428	1 415
Arroz	5 740	8 935	3 722	5 958	1 542	1 500
Banana	313	410	231	342	1 415	1 199
Batata	1 168	1 896	200	195	5 845	9 723
Cacau	143	250	470	412	306	607
Café	3 301	1 915	4 286	1 887	770	1 015
Cana	63 723	120 171	1 509	2 270	42 228	52 939
Feijão	1 942	2 282	2 982	4 542	651	502
Fumo	207	360	250	309	826	1 165
Laranja	10 532	35 822	139	422	75 916	84 886
Mandioca	22 249	25 844	1 617	2 170	13 752	11 910
Milho	10 418	19 246	7 957	11 787	1 317	1 633
Soja	323	12 513	340	7 070	950	1 770
Tomate	496	1 292	36	51	13 706	25 333
Trigo	392	2 066	793	3 141	494	658

FORTE: CEPAGRO.

TABELA IV.2

**AGRICULTURA E ABASTECIMENTO — INDICADORES
ECONÔMICOS, 1963-1977**

DISCRIMINAÇÃO	1963	1977
PRODUÇÃO (Milhões de t)		
Cereais (Inclusive Feijão) (a)	18,6	32,5
Oleaginosas (b)	2,4	14,3
UTILIZAÇÃO DE INSUMOS MODERNOS		
Fertilizantes (Milhões de t)	0,3	3,1
Defensivos (Mil t)	15,8	77,4
Sementes Melhoradas (c) (%)		55,1
Tratores em Operação (Mil)	80,0	380,0
Rações (Milhões de t)	0,8	8,8
ABASTECIMENTO		
Armazenagem (d) (Milhões de t)	9,7	42,0
Centrais de Abastecimento (n.º)	1	21

FORTE: IPEA.

- NOTAS: a) Milho, arroz, trigo e feijão.
 b) Algodão, soja, amendoim e mamona.
 c) Sementes de algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, feijão, mandioca, milho, soja e trigo.
 d) Capacidade estática.

TABELA IV.3

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL, 1963-1977

PRODUTOS	QUANTIDADE (Mil t)		VALOR (US\$ Milhões)		PREÇO MÉDIO (US\$/t)	
	1963	1977	1963	1977	1963	1977
Café Cru em Grãos	1 171	514	748	2 315	639	4 500
Soja em Grãos	33	2 587	3	708	91	274
Farelo e Torta de Soja	—	5 354	—	1 150	—	215
Açúcar Demerara	461	1 525	63	277	137	181
Açúcar Cristal	62	293	10	56	161	190
Algodão em Rama	222	35	114	41	513	1 177
Carne Bovina Fresca, Refrigerada ou Congelada	11	31	4	40	364	1 268
Cacau em Amêndoas	68	108	35	435	515	4 046
Sisal	130	124	36	46	277	367
Fumo em Folhas	44	101	24	186	545	1 841
Banana	206	112	3	19	15	171
Óleo de Mamona	77	100	18	87	234	873
Café Industrializado	—	32	—	327	—	10 180
Carne Bovina Industrializada	—	68	—	119	—	1 743
Suco de Laranja	—	214	2	177	—	829
Óleo de Soja	—	487	—	274	—	563
Milho	—	1 420	29	136	—	96
Açúcar Refinado	—	625	—	130	—	208
Manteiga de Cacau	17	19	16	97	941	5 012

FONTE: CACEX.

No campo da assistência técnica, a atuação do Governo se efetiva sob a forma da montagem de um sistema com a finalidade de prestar serviços em todo o território nacional. Atualmente o sistema conta com 1 817 escritórios, atendendo a 2 919 Municípios, através de 8 397 técnicos, superando a situação de 1966, quando existiam 709 escritórios para atender a 1 177 Municípios (1 718 técnicos).

Foi instituída a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, que, em 1977, contava com 1 700 subprojetos de pesquisa, despendendo Cr\$ 1,4 bilhão. Comparando-se com os Cr\$ 500 milhões aplicados em pesquisa em 1965, verifica-se crescimento real de 180% — média anual de 9%.

Destaca-se ainda, neste período, o esforço governamental no sentido de implantar a infra-estrutura de irrigação, conseguindo atingir a 18,5 mil ha, complementados com 169,6 mil ha de terras de sequeiro, dentro do sistema de exploração da agricultura seca/irrigada. Nesta área foram assentados 3,5 mil irrigantes que

estão atingindo a renda bruta de aproximadamente Cr\$ 20 mil por ha irrigado, valor este cerca de 6 vezes superior à média obtida no Nordeste.

Em eletrificação rural o apoio governamental, através do financiamento a juros subsidiados e a longo prazo para amortização dos investimentos, permitiu a implantação de 16,5 mil km de novas linhas, na zona rural.

Relativamente à armazenagem, os esforços conjuntos dos setores público e privado permitiram a ampliação da capacidade de armazenamento de 9,7 milhões de t em 1963 para 42,0 milhões de t em 1977.

V - A CONSTRUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

A expansão e consolidação da infra-estrutura de transporte do País, de modo a evitar estrangulamentos que viessem a afetar as atividades produtivas, e a par dos objetivos de integração nacional, foram os objetivos perseguidos nessa área, a partir de 1964. Nesse esforço, destacam-se os seguintes programas:

a) **Corredores de transporte**, através dos quais os investimentos nos sistemas ferroviário, rodoviário e portuário objetivaram a eliminação de gargalos no sistema de transporte, que vinham reduzindo o grau de competitividade dos produtos brasileiros de exportação;

b) **Integração nacional**, envolvendo ações concretas com vistas tanto à ocupação de novas áreas, como da própria consolidação da interligação entre as diversas regiões do País, o que se traduziu em inúmeras obras, entre as quais a Transamazônica, a rodovia Belém—Brasília (ligação asfáltica), a rede básica do Nordeste, as rodovias Cuiabá—Santarém e Cuiabá—Porto Velho—Rio Branco e o subprograma de interligações rodoviárias pavimentadas entre as Capitais dos Estados;

c) **Apoio à indústria de equipamentos de transporte**, destacando-se a implantação da indústria de construção naval, da

indústria de material ferroviário (plano de implantação de fábricas de locomotivas e programa de aquisição de vagões junto à indústria nacional) e o desenvolvimento da indústria automotiva, caracterizado pela melhor qualificação dos veículos e maior produção de ônibus e caminhões;

d) **Adequação tecnológica**, com vistas a compatibilizar os transportes, em suas várias modalidades, às necessidades do País quanto ao atendimento da demanda por serviços (dos quais são exemplos a construção dos Aeroportos Internacionais do Rio de Janeiro e de Manaus, a implantação do Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo — SISDACTA, os metrô do Rio de Janeiro e de São Paulo e os materiais e equipamentos para o Sistema Ferroviário Nacional).

Organização Administrativa

Entre as principais medidas administrativas tomadas pelos Ministérios dos Transportes e da Aeronáutica devem ser mencionadas as seguintes:

a) criação da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOP, inicialmente como Grupo de Estudos para a Implantação da Política de Transportes;

b) criação da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU;

c) criação da Empresa de Portos do Brasil — PORTOBRÁS, com a transformação das atividades do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis — DNPVN;

d) extinção do Departamento Nacional de Estradas de Ferro — DNEF, com a absorção de suas atividades pela Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA e criação da Engenharia Ferroviária S.A. — ENGEFER, com a finalidade de elaborar e acompanhar a execução de projetos ferroviários;

e) criação da Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais — ECEX, com vistas a viabilizar a construção da Ponte Rio—Niterói e outras grandes obras do sistema de transportes;

f) regulamentação do transporte intermodal de cargas unitizadas e criação da Comissão de Coordenação da Implantação e Desenvolvimento do Transporte Intermodal — CIDETI;

g) criação da Empresa de Infra-Estrutura Aeroportuária INFRAERO e Aeroportos do Rio de Janeiro S.A. — ARSA.

Grandes Programas e Projetos

Executaram-se, no período, inúmeros programas e projetos de grande porte, merecendo destaque os seguintes:

I — Setor Rodoviário:

- a) Rodovia Transamazônica;
- b) Rodovia Belém—Brasília (revestimento asfáltico);
- c) Rodovia Cuiabá—Porto Velho—Rio Branco;
- d) Rodovia Cuiabá—Santarém;
- e) Rodovia Rio—Santos;
- f) Interligação asfáltica entre as Capitais dos Estados;
- g) Ponte Rio—Niterói.

II — Setor Ferroviário:

- a) Ligação Apucarana—Ponta Grossa;
- b) Acesso Ferroviário ao Porto de Aratu;
- c) Ligações ferroviárias que demandam o Porto de Rio Grande;
- d) Início da construção da ferrovia Belo Horizonte—Itutinga—Volta Redonda.

III — Setor Marítimo:

- a) I Plano de Construção Naval (I PCN);
- b) II Plano de Construção Naval (II PCN).

IV — Setor Portuário: melhoria dos portos do programa de corredores de exportação.

V — Setor Hidroviário: sistema hidroviário do Rio Grande do Sul;

VI — Transportes Urbanos:

- a) Metrô de São Paulo e do Rio de Janeiro;
- b) Investimentos em transporte ferroviário suburbano (Rio de Janeiro e São Paulo).

VII — Infra-Estrutura Aeroviária:

- a) Aeroporto Internacional Principal do Rio de Janeiro;
- b) Aeroporto Internacional de Manaus;
- c) Sistema de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo-SISDACTA.

VIII — Corredores de Transportes (abrangendo investimentos em ferrovias, rodovias, portos e hidrovias nos Corredores de Rio Grande, Paranaguá, Santos, Vitória—Minas e Industrial).

Os Resultados

A ação governamental na área de transportes orientou-se por política setorial integrada, e pelo esforço de coordenação da operação e consolidação do sistema de planejamento. A criação do GEIPOT e a sua transformação em empresa, a legislação do transporte intermodal de carga unitizada, a criação da Comissão de Coordenação da Implantação e Desenvolvimento do Transporte Intermodal — CIDETI e a própria formulação do Programa dos Corredores de Transportes, explicitam a prioridade atribuída à política integrada de transportes.

Nos transportes rodoviários, conferiu-se prioridade, inicialmente, a sua expansão (1964-1974), com a construção de grandes rodovias de integração nacional, bem como pela consolidação das ligações entre as Capitais estaduais, das ligações internacionais com países limítrofes, da rede básica do Nordeste e dos corredores de transporte. Após 1974, a ação na área rodoviária foi direcionada para a maximização do uso da capacidade existente, orientando-se os investimentos para expansão de rodovias com estrangulamentos (entre as quais as rodovias Rio de Janeiro—Juiz de Fora e São Paulo—Curitiba), atendendo-se, fundamentalmente, às principais necessidades do setor, inclusive recuperação e manutenção de vias.

O crescimento da infra-estrutura de transportes entre 1964 e 1977 foi de cerca de 180%, em termos de rodovias implantadas, e de 317% quanto às rodovias pavimentadas.

Nos transportes ferroviários, além da política de modernização e consolidação implementada pelo Governo Federal, inclusive da estrutura da RFFSA, destacam-se o processo de fusão das diversas ferrovias com vistas à centralização administrativa e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Ferroviário — PDF (1975-1979), que objetivou principalmente adequar a capacidade das ferrovias brasileiras às necessidades da economia. O aumento da eficiência do sistema ferroviário fez-se sentir principalmente nos últimos anos, tendo a RFFSA apresentado crescimento da ordem de 20% ao ano no volume de transporte efetuado (t.km) (1975-1977). Por outro lado, melhorou consideravelmente o sistema de transportes suburbanos, principalmente no Rio de Janeiro.

A elaboração dos I PCN e II PCN decorreu da importância atribuída ao transporte marítimo, sobretudo quanto ao balanço de pagamentos. A construção de 3278 mil tpb no período 1964 a 1977 representa para o País não só economia de divisas em compras de navios e despesas de fretes, mas também em termos de contribuição para maior participação nacional no comércio internacional de mercadorias. A participação da bandeira brasileira no tráfego internacional envolvendo o Brasil, que era de 20,9% em 1964, aumentou para 42,6% em 1977. Pode-se, inclusive,

afirmar que a indústria nacional de construção naval tem hoje expressão internacional, tanto por seu porte, como pela sua adequação às necessidades da atual conjuntura internacional.

No sistema portuário, ressaltam-se as obras efetuadas nos portos dos corredores de exportação e no Porto do Rio de Janeiro. Estas obras permitiram o atendimento da demanda por serviços, principalmente nas épocas de safra agrícola.

No sistema hidroviário, o esforço principal dirigiu-se para a bacia do rio Grande, que, com as obras declusas nos rios Jacuí, Taquari e Cachoeira do Sul e do Complexo Hidro-Ferro-Rodoviário de Estrela, permitiram viabilizar o acesso ao Porto de Rio Grande, por hidrovia.

Na área da infra-estrutura aeroviária, destacam-se sua modernização e adequação tecnológica, com a entrada em operação dos Aeroportos do Galeão e de Manaus e do SISDACTA, bem como a ação da INFRAERO, compreendendo a remodelação dos principais aeroportos do País. O Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo—SISDACTA é o único sistema no mundo que otimiza e integra a operação de controle de tráfego aéreo, em termos civis e militares.

A crise internacional de combustíveis conduziu a uma série de medidas adotáveis no período 1975-1977, em especial neste último ano, através do Programa Nacional de Racionalização de Combustíveis e da sistemática de preços adotada pelo CNP para a gasolina, óleo diesel e óleos combustíveis. Os resultados são significativos, reduzindo-se o consumo de gasolina de 3,7%, no período de 1976-1977, enquanto o crescimento do consumo de óleo diesel foi de 6,7% e do combustível de 5,4%. Das medidas adotadas, sobressaem as seguintes:

a) estímulo ao maior uso do transporte marítimo e ferroviário, estabelecendo-se a obrigatoriedade do seu uso às empresas governamentais;

b) política realista de preços;

c) fechamento dos postos de gasolina aos domingos e feriados e durante a noite;

d) regulação do motor a óleo diesel;

e) medidas de substituição de óleo combustível por outras fontes energéticas;

f) aumento do preço de pedágio nos fins de semana;

g) estabelecimento de horários diferenciados de trabalho;

h) estímulo à construção de novos sistemas e tipos de veículos de transportes (**trolley-bus**, ônibus articulado).

TABELA V.1
INDICADORES DOS TRANSPORTES, 1964-1977

ESPECIFICAÇÃO	1964	1977	AUMENTO NO PERÍODO (%)
RODOVIÁRIO			
Extensão da Rede Rodoviária Federal, Estadual e Municipal (Mil km)	545 447	1 545 949	283,4
Pavimentada (km)	17 983	74 936	316,7
Federal	12 157	42 886	252,8
Estadual e Municipal	5 826	32 050	405,0
Não Pavimentada (km)	527 464	1 471 013	278,9
Federal	25 719	29 295	13,9
Estadual e Municipal	501 745	1 441 718	87,3
HIROVIÁRIO			
Frota Mercante Brasileira (Mil tpb) (*)	1 424	5 628	395,2
Cargueiros (Mil tpb)	850	2 271	267,2
Petroleiros (Mil tpb)	574	3 357	584,8
Frota de Longo Curso (Mil tpb)	781	4 680	599,2
Frota de Cabotagem (Mil tpb)	607	688	113,6
Frota de Navegação Interior (Mil tpb)	35	260	742,9
Estrutura de Fretes			
Todas as Bandeiras (US\$ Milhões)	409,0	2 016,7	493,1
Bandeira Brasileira (US\$ Milhões)	85,8	1 023,8	1 193,2
Navios Próprios (US\$ Milhões)	34,3	436,3	1 272,0
Navios Afretados (US\$ Milhões)	51,5	587,5	1 140,8
Bandeira Estrangeira (US\$ Milhões)	232,2	992,9	307,2
FERROVIÁRIO			
Toneladas-Quilômetros Úteis-Carga Geral (Animais, Bagagens, Encomendas e Mercadorias) 10⁶ tkm	16 699	68 033 (b)	407,4

FONTES: MT-IPEA.

NOTAS: a) Navios de 100 toneladas e mais.
b) Estimativa preliminar.

ENERGIA

O Governo Federal, desde 1964, vem dando especial prioridade ao setor de energia, através de programação com a finalidade de assegurar oferta de energia adequada às necessidades do desenvolvimento do País.

O esforço de organização e planejamento das entidades responsáveis pela oferta de energia propiciou o atendimento das necessidades de consumo, quase quadruplicando-se a capacidade de produção em relação a 1964.

Na geração de energia elétrica e no refino de petróleo, as capacidades instaladas pelo Governo Federal elevaram para cerca de 3,3 e 3,5 vezes as existentes em 1964.

No período 1964-1977 consolidou-se sistema energético capaz de atender às necessidades do País e de adequar-se às características de cada período. Em 1964-1977, período caracterizado pela modernização do sistema econômico e combate ao processo inflacionário, o setor energético teve evolução relativamente moderada. No período 1967-1974, quando se verificou expansão acelerada da economia, o setor energético cresceu acentuadamente, como demonstram os indicadores físicos representativos de capacidade de refino, potência elétrica instalada e consumo energético. Com o advento da crise do petróleo, adotaram-se algumas medidas restritivas, que determinaram ritmo menos intenso de consumo de derivados de petróleo. O setor elétrico, apesar de atingido pela crise, ressentiu-se menos.

Como se constata pela Tabela V.4, de modo geral os resultados alcançados aproximaram-se das previsões dos planos de governo. No tocante ao II Plano Nacional de Desenvolvimento os elevados índices observados até 1977 fazem crer que sejam obtidos os resultados previstos para 1979, exceto quanto à capacidade de refino, visto que a expansão do parque ajustou-se à retração do consumo de derivados provocada por medidas voltadas para a racionalização no uso desses produtos.

No campo da energia, merece destaque a criação da ELETROBRÁS, e sua organização como empresa **holding** com suas subsidiárias regionais — ELETRONORTE, CHESF, FURNAS e ELETROSUL, dentro de um sistema de planejamento, financiamento, investimento e operações coordenadas.

TABELA V.2

BRASIL: PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA, 1964-1977

DISCRIMINAÇÃO	1964	1977	AUMENTO NO PERÍODO (%)
Energia Elétrica			
Potência Instalada (Gw)	6,8	22,7	234
Consumo (Bilhões de kWh)	23,5	87,2	271
Petróleo			
Capacidade de Refino (Milhões m ³ /Ano)	17,9	63,0	252
Consumo (Milhões m ³)	18,7	55,6	197

TABELA V.3

BRASIL: TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA, 1964-1977

DISCRIMINAÇÃO	TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL (%)		
	1964-1967	1967-1974	1974-1977
Energia Elétrica			
Potência Instalada	5,6	11,5	10,1
Consumo	5,9	12,0	12,2
Petróleo			
Capacidade de Refino	4,6	15,5	4,0
Consumo	6,1	11,6	4,9

TABELA V.4

BRASIL: RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE REALIZAÇÕES E PREVISÕES CONSTANTES DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

DISCRIMINAÇÃO	PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO-PED (1970)	I PND (1974)	II PND REALIZADO ATÉ 1977/ PREVISTO 1979
Energia Elétrica			
Potência Instalada	100,6	99,6	81,4
Consumo	95,0	102,1	81,6
Petróleo			
Capacidade de Refino	101,2	125,9	80,8

A partir da utilização das maiores fontes hídricas localizadas próximas aos principais centros de consumo, bem como da interligação de sistemas regionais de produção e consumo, passou o País a dispor de vasta rede de transmissão, envolvendo 28 700 km de linhas de diferentes voltagens (1977).

Ao mesmo tempo, foram iniciados estudos para linhas de transmissão em extra-alta tensão, com vistas ao aproveitamento de potenciais localizados em regiões distantes dos principais centros de consumo. Visando a garantir alternativas de fornecimento

de energia elétrica a esses centros, implantou-se o Programa Nuclear Brasileiro, inclusive com a criação de diversas subsidiárias da NUCLEBRAS.

Dentro da orientação de uso compartilhado de recursos naturais de propriedade comum com países vizinhos, foi iniciado o projeto de Itaipu, através de empresa binacional, cujo potencial total será equivalente, aproximadamente, à metade do potencial instalado até 1977.

Na área do petróleo, destaca-se a consolidação da PETROBRAS, que hoje se constitui em complexa organização, comparável às maiores companhias petrolíferas do mundo, atuando com eficiência em suas várias atividades, pela criação de importantes subsidiárias para cobrir os campos, complementares entre si, de petroquímica, comercialização, prospecção e pesquisa no exterior, transporte marítimo, etc.

Mais recentemente, foram intensificados os esforços de pesquisa na plataforma continental, inclusive tendo sido iniciada a implantação da política de contratos de risco, com o objetivo de aumentar a participação da produção nacional de petróleo cru no abastecimento do País.

Com vistas a diminuir a dependência ao petróleo, fontes alternativas de energia passaram a ser objeto de atenção maior, principalmente a partir de 1974. Destacam-se o Programa Nacional do Alcool, a utilização do xisto e as pesquisas desenvolvidas em vários campos da energia não convencional, que estão merecendo esforços por parte do Governo Federal.

O Programa Nacional do Alcool tem por finalidade alcançar, entre outros objetivos, a mistura de 20% à gasolina por volta de 1981-1982, implicando a produção de cerca de 4,7 bilhões de litros, meta que deverá ser alcançada, tendo em vista que os projetos aprovados envolvem capacidade adicional de 3,3 bilhões de litros — 3,6 vezes a capacidade preexistente.

Paralelamente, desenvolvem-se pesquisas técnicas, algumas já concluídas, para adaptação de motores ao uso desse combustível puro ou em misturas com outros e para obtenção de álcool de mandioca e de outros vegetais.

COMUNICAÇÕES

No início da década de 60, o desempenho das comunicações revelava-se insatisfatório, com graves deficiências de coordenação, decorrentes, sobretudo, do fato de ser o sistema operado por empresas que gozavam de total autonomia administrativa, inclusive em termos de critérios adotados para os cálculos das tarifas.

Os efeitos dessas deficiências refletiam-se diretamente sobre a rentabilidade do setor, comprometendo sua capacidade de geração de recursos para novos investimentos que se faziam necessários diante do aumento da demanda pelos serviços de comunicações.

Com o objetivo de estruturar e organizar legalmente o setor de telecomunicações, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei n.º 4 117, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre elenco de medidas com vistas à promoção do desenvolvimento das comunicações.

Entre as medidas de maior repercussão, merecem ser destacadas as seguintes:

a) aprovação do Plano Nacional de Telecomunicações (Decreto n.º 52 859, de 18 de novembro de 1963);

b) constituição da EMBRATEL (em 16 de setembro de 1965);

c) controle acionário da Cia. Telefônica Brasileira — CTB (16 de março de 1966);

d) criação do Ministério das Comunicações (Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967);

e) inauguração da Estação Terrena de Comunicações por Satélite de Tanguá (28 de fevereiro de 1969);

f) criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — EBCT (20 de março de 1969);

g) inauguração do Tronco Sul (26 de março de 1969);

h) inauguração do sistema DDD Porto Alegre/São Paulo (3 de julho de 1970);

i) realização da primeira transmissão de TV a cores no Brasil (10 de fevereiro de 1972);

j) criação da TELEBRÁS (Lei n.º 5 792, de 19 de julho de 1972);

l) inauguração do Cabo Submarino BRACAN I (5 de maio de 1973);

m) início da operação das estações terrenas em Manaus e Cuiabá, para transmissão direta de TV a cores, via satélite (julho de 1974);

n) assinatura de contrato com o INTELSAT, para aluguel de um TRANSPONDER para telecomunicações domésticas (agosto de 1974);

o) nova rede nacional de telex — início das operações (9 de novembro de 1974);

TABELA V.5

BRASIL: EVOLUÇÃO DAS COMUNICAÇÕES, 1964-1977

ANOS	NÚMERO TELEFONES (MI)	VARIÇÃO PERCENTUAL (%)	NÚMERO TERMINAIS TELEX	VARIÇÃO PERCENTUAL (%)	CHAMADAS COMPLETADAS INTERURBANAS	VARIÇÃO PERCENTUAL (%)	TELEFONES POR 100 HAB	VARIÇÃO PERCENTUAL (%)	LOCALIDADES ATENDIDAS POR ODD	VARIÇÃO PERCENTUAL (%)
1964	1 243	—	657	—	70,0	—	1,55	—	—	—
1965	1 355	9,0	—	—	73,9	5,6	—	—	—	—
1966	1 379	1,8	—	—	80,2	8,5	—	—	—	—
1967	1 460	5,9	—	—	81,9	2,1	—	—	—	—
1968	1 650	13,1	—	—	93,4	14,0	—	—	—	—
1969	1 789	8,4	2 586	293,7	98,3	5,3	1,97	27,1	2	—
1970	1 980	10,7	—	—	101,3	3,1	2,15	9,1	15	650,0
1971	2 145	8,3	—	—	145,1	43,2	2,16	0,5	36	140,0
1972	2 380	11,0	—	—	186,5	28,5	2,22	2,8	80	122,2
1973	2 415	1,5	4 060	57,0	221,3	78,7	2,38	7,2	138	72,5
1974	2 500	3,5	10 990	170,4	260,0	17,5	2,70	13,4	172	24,6
1975	3 370	34,8	11 800	7,5	303,1	16,6	3,15	16,7	210	22,1
1976	4 040	19,9	16 730	41,1	355,8	17,7	3,60	14,3	325	54,8
1977	4 700	16,3	19 050	13,9	430,6	20,7	4,21	—	526	61,9
1964-1977	—	378,1	—	2 899,5	—	—	—	—	—	26 300,0

FONTE: Ministério das Comunicações.

- p) segunda antena de Tanguá (Tanguá II) — inauguração discagem direta internacional — DDI (16 de setembro de 1975);
- q) criação da RADIOBRAS (junho de 1976).

Indicadores do Crescimento das Comunicações

Os principais indicadores do crescimento das atividades no período 1964-1977 são os seguintes:

a) crescimento do número de telefones: (i) de 1964 a 1967, antes dos resultados das atividades do CONTEL e EMBRATEL o crescimento médio anual foi de 5,5%; (ii) de 1967 a 1973, quando já se sentiam os efeitos dos trabalhos do CONTEL e EMBRATEL, o crescimento médio anual passou de 5,5 para 8,7%; (iii) a partir de 1974, com o advento da TELEBRAS, o crescimento anual estimado é de 18%;

b) crescimento do serviço de telex: (i) de 1964 a 1973, os serviços de telex, apesar de não serem operados pela EMBRATEL, ampliaram-se consideravelmente, com o aumento do número de terminais; (ii) em 1974, os serviços de telex passaram a ser operados pela EMBRATEL e só nesse ano houve aumento de 170,4%.

c) evolução do tráfego telefônico interurbano: (i) entre 1964 e 1970, antes da ativação dos serviços de DDD, o crescimento médio anual do tráfego foi da ordem de 6,4%; (ii) de 1970 até 1977, depois da ativação dos sistemas DDD da EMBRATEL, o crescimento médio anual passou de 6,4 para 23,9%.

VI - O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A ação de governo na área social esteve, em grande medida, sob a influência do processo de crescimento econômico correspondente ao período 1964-1977, cujo desdobramento induziu a concepções de política social ajustadas às características das três etapas desse processo.

Numa primeira etapa — período de 1964 a 1967-1968 — o interesse pela problemática social, embora explícito, situa-se num plano inferior ao das preocupações econômicas, tendo em vista a necessidade de recuperação da economia, após um período de estagnação. Os incentivos com vistas ao aumento das oportunidades de emprego justificam-se mais em termos de utilização dos recursos humanos no apoio ao crescimento econômico, o mesmo ocorrendo com as ações em educação e nos demais segmentos do setor social.

Entre 1968-1969 a 1973 — período de crescimento acelerado — a despeito da expectativa de que o bom desempenho da economia teria como resultado a melhoria das condições sociais, diversas medidas de política social foram introduzidas, das quais são exemplo o PIS-PASEP.

A partir de 1974, reconhecendo-se que o problema da concentração da renda persistia, concluiu-se pela necessidade de adoção de uma política social com “objetivo próprio”, fundamentada em três princípios básicos: (a) o da igualdade hierárquica entre desen-

volvimento econômico e social e da simultaneidade dos dois processos; (b) o do tratamento privilegiado para os grupos de baixa renda, considerados objeto principal da política social; e (c) o da responsabilidade compartilhada entre a área social e a área econômica na solução dos problemas sociais.

O desempenho social deste último período foi sem precedentes, destacando-se a implantação de novos programas voltados para os estratos de renda mais baixa. O esforço de criação de novas e melhores oportunidades de trabalho, a fim de garantir renda familiar acima da subsistência, foi intensificado, a par de providências inovadoras no campo da educação, saúde, previdência, etc.

POPULAÇÃO E EMPREGO

No período 1963-1977, a população brasileira aumentou de 36,9 milhões de habitantes, correspondendo a uma taxa de crescimento de 2,9% ao ano. Por isso mesmo, o Brasil situa-se entre

TABELA VI.1
BRASIL: POPULAÇÃO E EMPREGO, 1963-1977

(Mil Pessoas)

DISCRIMINAÇÃO	1963	1977	AUMENTO NO PERÍODO (ANUAL) (Em %)
POPULAÇÃO TOTAL	76 315,7	113 208,5	2,86
— URBANA	36 468,9	69 457,6	4,71
— METROPOLITANA	16 370,1	31 256,1	4,73
— São Paulo	5 086,2	10 920,7	5,59
— Rio de Janeiro	5 217,0	8 887,5	3,88
— Belo Horizonte	1 026,0	2 218,8	5,66
— Curitiba	568,0	1 102,1	4,85
— Porto Alegre	1 124,1	1 974,5	4,11
— Recife	1 332,2	2 318,0	4,03
— Salvador	828,1	1 517,6	4,42
— Fortaleza	702,0	1 450,0	5,32
— Belém	476,5	866,9	4,37
PEA TOTAL	24 608,6	40 396,3 ^(*)	3,60
— NÃO-AGRÍCOLA †	11 890,4	25 760,7 ^(b)	5,68

FONTE: IBGE.

NOTAS: a) Dado obtido pela utilização da taxa de crescimento da PEA no período 1963-1976 (PNAD).

b) Dado obtido pela aplicação da taxa de participação da PEA não-agrícola de 1976 (PNAD) à PEA total de 1977.

os países de maior crescimento demográfico, estimando-se que no ano 2000 a sua população esteja em torno de 217 milhões. Se, de um lado, este contingente populacional não chega a causar maiores preocupações, diante da vasta área territorial ainda desocupada, de outro lado sua distribuição no espaço geográfico já acarreta problemas de concentração urbana.

O fenômeno da crescente urbanização é resultante de dois fatores principais que se inter-relacionam: as desigualdades econômicas setoriais e regionais. São marcantes os desequilíbrios existentes entre as condições materiais das populações que vivem das atividades agrícolas e não-agrícolas, condições estas que também se manifestam diferencialmente dentro e entre as regiões geográficas.

Deste modo torna-se evidente que a preocupação mais importante e fundamental em torno da questão populacional deve concentrar-se sobre a forma como a população se distribui no território ou, em termos mais objetivos, como a formação e proliferação das atividades econômicas se estruturam no espaço geográfico, condicionando a distribuição e as condições de vida da população.

RENDA E CONSUMO

As informações sobre a estrutura de renda da PEA no Brasil para o período 1960-1976 revelam que têm ocorrido elevações substanciais na renda média real, embora indiquem também acentuação das desigualdades entre os indivíduos.

De qualquer forma, porém, as informações para 1976 indicam uma melhoria para os 50% mais pobres da população, em relação a 1970 e 1972.

Dados sobre a infra-estrutura domiciliar e sobre o consumo de bens duráveis podem ser indicativos de uma evolução positiva da situação sócio-econômica da população. Com efeito, verifica-se crescimento alentador no período entre 1963 e 1977, particularmente na zona urbana. São dados significativos o fato de que, em 1977, 73,5% dos domicílios urbanos possuíam rede geral de água, 42% rede geral sanitária e 88% iluminação elétrica.

Quanto ao consumo de bens duráveis, vale destacar que, em 1977, 71,2% dos domicílios urbanos possuíam televisão, enquanto em 1963 este número atingia apenas os 13,6%. Em relação ao automóvel, é expressivo o índice de 28,6% de domicílios urbanos que o possuem em 1977, enquanto em 1963 existiam apenas 5,5% de domicílios nesta situação. O rádio, por sua vez, praticamente se universalizou, valendo o mesmo para o fogão a gás, a querosene ou elétrico.

AÇÃO DO GOVERNO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Educação

Na área da educação, no período de 1963 a 1977, pode-se destacar:

a) esforço de universalização do ensino, incidindo fortemente na redução do analfabetismo e em aplicações crescentes de recursos financeiros;

b) esforço de democratização das oportunidades de acesso ao ensino, através do incremento a formas de aprendizagem não formal, como é o caso do ensino supletivo e do MOBRAL, da ampliação das vagas ao ensino superior, da instituição do crédito educativo, etc.;

c) esforço de racionalização do sistema de ensino, em termos administrativos, técnicos e profissionais; na área administrativa, procurou-se o melhor aproveitamento da capacidade instalada, sua melhor gestão e planejamento, de acordo com as necessidades regionais; na área técnica foi importante o investimento na melhoria da qualificação dos docentes e no incentivo à atividade de pesquisa; na área profissional, direcionou-se o conteúdo dos cursos no sentido de se aproximarem mais dos perfis ocupacionais, inclusive a busca de profissionalização do ensino de 2.º grau.

ENSINO DE PRIMEIRO GRAU

Pode-se dizer que, à medida que melhora a qualificação dos recursos humanos dedicados ao ensino do 1.º grau, vem aumentando o atendimento à população. A taxa de escolarização, que era de 67,0% em 1970, atingiu, em 1977, 78,6%, considerando-se tão-somente aqueles alunos matriculados no primeiro grau dentro das faixas etárias de 7 a 14 anos. É sabido, no entanto, que em virtude da distorção idade/série existente muitos alunos não se encontram nos limites da faixa etária mencionada.

ENSINO DE SEGUNDO GRAU

O principal impacto da Lei 5 692, de 11 de agosto de 1971, sobre o ensino de 2.º grau foi a busca de terminalidade, para proporcionar a profissionalização imediata, valorizando este tipo de habilitação e diminuindo a pressão sobre a demanda às universidades. A matrícula do ensino médio (2.º ciclo) em 1963 foi

TABELA VI.2

BRASIL: INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR E DISPONIBILIDADE DE BENS DE CONSUMO DURÁVEIS, 1963-1977

ESPECIFICAÇÃO	ANOS				
	1963	1967	1970	1974	1977
Características dos Domicílios (%)					
— Abastecimento de Água (Rede Geral)					
a) Total	24,1	28,8	32,8	43,0	52,8
b) Urbanos	46,2	50,2	55,3	62,1	73,5
— Instalação Sanitária (Rede Geral)					
a) Total	13,0	12,9	13,1	25,8	27,3
b) Urbanos	25,4	22,8	22,3	40,3	42,0
— Iluminação Elétrica					
a) Total	40,8	44,1	47,5	56,9	65,2
b) Urbanos	72,7	72,9	75,5	81,2	88,2
Bens Duráveis (Domicílios que os possuem) (%)					
— Fogão (Gás, Querosene ou Elétrico)					
a) Total	27,0	35,3	43,3	54,8	65,4
b) Urbanos	49,8	59,3	70,3	75,6	79,9
— Geladeira					
a) Total	14,8	20,3	26,1	35,4	46,4
b) Urbanos	27,6	34,7	42,4	50,5	64,8
— Rádio					
a) Total	41,0	50,0	58,9	66,5	80,5
b) Urbanos	64,6	68,9	72,4	75,1	83,0
— Televisão					
a) Total	7,5	14,4	24,1	38,8	51,0
b) Urbanos	13,6	25,0	40,2	54,0	71,2
— Automóvel					
a) Total	4,1	6,8	9,0	13,7	18,6
b) Urbanos	5,5	9,2	13,7	20,0	28,6

FONTES: IBGE — IPEA.

de 396 mil, elevando-se em 1977 (após cinco anos de implantação da referida Lei) para aproximadamente 2,357 milhões — crescimento de 496%.

O acesso ao ensino de 2.º grau apresenta tendência crescente. No período 1965-1975, a demanda, medida em termos de concluintes da oitava série do 1.º grau, ampliou-se a uma taxa acumulativa anual de 15,1%, o que significa que o número de

TABELA VI.3

**BRASIL: RELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO ESTUDANTIL E
POPULAÇÃO DO PAÍS, 1960-1977**

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ESTUDANTIL	NÚMERO DE ESTUDANTES POR 10 000 HABITANTES
1960	70 992 343	8 728 631	1 229
1970	93 139 000	17 323 580	1 860
1971	95 993 400	18 746 911	1 953
1972	98 690 200	20 359 063	2 063
1973	101 432 600	20 823 201	2 053
1974	104 243 300	21 788 234	2 090
1975	107 145 200	22 769 269	2 125
1976	110 123 500	23 657 024(*)	2 148
1977	113 208 500	24 529 089(*)	2 167

FONTE: IBGE — MEC.

NOTA: a) Estimativas.

TABELA VI.4

BRASIL: SISTEMA EDUCACIONAL, 1960-1977

ANOS	TOTAL DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL	1.º GRAU	% DO TOTAL	2.º GRAU	% DO TOTAL	SUPERIOR	% DO TOTAL
1960	8 728 631	8 368 285	95,87	267 144	3,06	93 202	1,07
1961	9 205 668	8 805 639	95,65	301 137	3,27	98 892	1,07
1962	10 107 483	9 664 423	95,61	335 761	3,32	107 299	1,06
1963	11 143 244	10 622 434	95,32	396 596	3,56	124 214	1,11
1964	12 252 421	11 670 995	95,25	439 040	3,58	142 386	1,16
1965	12 233 394	11 568 503	94,56	509 110	4,16	155 781	1,27
1966	13 358 712	12 585 140	94,21	593 413	4,44	180 109	1,35
1967	14 285 377	13 384 193	93,69	688 302	4,81	212 882	1,49
1968	15 427 490	14 348 120	93,23	801 075	5,19	278 295	1,80
1969	16 266 604	15 013 508	92,29	910 210	5,59	342 886	2,11
1970	17 323 580	15 894 627	91,75	1 003 475	5,79	425 478	2,46
1971	18 746 911	17 066 093	91,03	1 119 421	5,97	561 397	2,99
1972	20 359 063	18 370 744	90,23	1 299 937	6,38	689 382	3,38
1973	20 823 201	18 573 193	89,19	1 477 208	7,09	772 800	3,71
1974	21 788 234	19 209 306	88,16	1 681 728	7,71	897 200	4,11
1975	22 769 269	19 987 145	87,78	1 830 860	8,04	951 264	4,17
1976(*)	23 657 024	20 619 687	87,16	2 002 337	8,46	1 035 000	4,37
1977(*)	24 529 089	21 238 277	86,58	2 173 812	8,86	1 117 000	4,55

FONTE: MEC.

NOTA: a) Estimativas.

TABELA VI.5

BRASIL: MATRÍCULAS NO ENSINO DE 1.º GRAU, 1963-1977

ANOS	MATRÍCULAS DO 1.º GRAU		MATRÍCULAS NA 1.ª SÉRIE DO 1.º GRAU	
	Milhões	Índice (1963 = 100,0)	Milhões	Índice (1963 = 100,0)
1963	10,6	100,0	4,7	100,0
1967	13,4	126,4	5,4	114,9
1970	16,9	150,0	5,8	123,4
1974	19,2	181,1	6,6	140,4
1977	21,2	200,0	7,3	155,3

FONTE: MEC.

TABELA VI.6

**BRASIL: ENSINO DE 1.º GRAU: TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO,
1970-1977**

(Milhões)

ANOS	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL (7-14 anos) (A)	POPULAÇÃO ESCOLARIZADA (7-14 anos) (B)	(B)/(A) (%)
1970	19,7	13,2	67,01
1974	21,4	15,7	73,36
1977	22,4	17,6	78,57

FONTE: MEC.

conclusões quadruplicou. A taxa de escolarização sobre a população escolarizável de 15 a 19 anos passou de 9,9% em 1970 para 17,5% em 1977. Observe-se igualmente que as matrículas de ingresso ao 2.º grau se mantêm constantemente em nível mais elevado do que o de conclusões do ensino do 1.º grau, o que significa que o ensino de 2.º grau proporciona continuidade de estudos à maior parte dos egressos do 1.º grau, ou do ensino supletivo correspondente.

Em 1960 o número de cursos oferecidos para o ensino de 2.º grau foi de 2 709, elevando-se em 1970 para 6 034, com uma taxa de crescimento anual de 8,3%. No período 1970-1976, esta taxa atingiu os 15,2%. Quanto aos docentes, em 1960, contavam-se com 35 590, alcançando, em 1970, 112 205, com uma taxa de cres-

TABELA VI.7
BRASIL: TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO DE 2.º GRAU,
1970-1977

ANOS	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL (15—19 anos)	POPULAÇÃO ESCOLARIZADA	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO (%)
1970	10 186 161	1 003 475	9,9
1971	10 599 214	1 119 421	10,6
1972	10 855 922	1 229 937	11,3
1973	11 157 586	1 477 650	13,2
1974	11 446 763	1 681 720	14,7
1975	11 785 972	1 830 860	15,5
1976	12 113 552	2 002 337	16,5
1977	12 452 935	2 173 812	17,5

FONTE: MEC.

TABELA VI.8
BRASIL: ACESSO AO ENSINO DE 2.º GRAU

ANOS	CONCLUSÕES NO ENSINO DE 1.º GRAU (Mil)	ANOS	MATRÍCULAS NA 1.ª SÉRIE DO 2.º GRAU		RELAÇÃO DE ACESSO
			Total	Novas Matrículas	
60 — 64	755,4	61 — 65	897,9	830,6 (*)	1,10
65 — 69	1 423,1	66 — 70	1 779,3	1 645,8 (*)	1,16
70	406,2	71	503,1	464,8	1,14
71	494,8	72	580,2	534,6	1,08
72	576,5	73	639,7	599,8	1,04
73	649,9 (*)	74	722,6	677,5 (*)	1,04

FONTE: MEC.

NOTA : a) Estimativas.

cimento médio anual de 12,2%. No período 1970-1976, esta taxa foi de 7,7%, menor, portanto, que o incremento das matrículas e dos cursos.

ENSINO SUPERIOR

É possível distinguir pelo menos três fases, mais ou menos distintas, no direcionamento do ensino superior no Brasil, nos últimos 15 anos. A primeira, que se estende até, aproximada-

mente, 1968, foi caracterizada por crescimento moderado do sistema. A segunda, compreendendo a promulgação da lei da reforma universitária (Lei n.º 5 540, de 28 de novembro de 1968), abrangendo o período 1968-1974, distinguiu-se pelo notável crescimento das matrículas. A terceira, cujo início se esboça a partir de fins de 1973 (persistindo até hoje), caracteriza-se pelas medidas de contenção ao crescimento desordenado verificado no período anterior e pela ênfase aos aspectos qualitativos do sistema.

As inscrições nos vestibulares, as vagas ofertadas e as matrículas cresceram, no período 1964-1977, respectivamente, em 956% (de 112 485 a 1 187 000 inscritos), 721% (de 56 446 a 463 000 vagas) e 685% (de 142 386 a 1 117 000 matrículas). Os maiores índices de crescimento ocorreram, como já foi notado anteriormente, no período 1968-1974, e verificou-se basicamente no setor privado do sistema.

Inúmeras medidas foram adotadas no sentido de corrigir as distorções verificadas. É o caso das referentes ao disciplinamento da expansão do ensino superior e à reorientação do fluxo dos graduandos para áreas prioritárias, do ponto de vista do desenvolvimento nacional. Desta forma, a criação dos cursos de tecnólogos — carreiras de curta duração — o incentivo à carreira do-

TABELA VI.9

BRASIL: EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR, 1963-1977

ANOS	MATRÍCULAS
1963	124 214
1964	142 386
1965	155 781
1966	180 109
1967	212 882
1968	278 295
1969	342 886
1970	425 478
1971	561 397
1972	688 382
1973	772 800
1974	897 200
1975	951 264
1976 (*)	1 035 000
1977 (*)	1 117 000

FONTE: MEC.

NOTA : a) Estimativas.

cente pela adoção generalizada do tempo integral e a criação do Plano Nacional de Pós-Graduação — PNPG, com o objetivo, entre outros, de melhorar a qualidade do sistema através da formação de mestres e doutores, constituem-se em mecanismos e instrumentos que o Governo tem adotado com o intuito de fortalecer o sistema. Além do mais, tendo em vista que se havia estimado em 40% o total de alunos carentes no ensino superior, instituiu-se o Programa de Crédito Educativo, já de alcance nacional, o que representa passo importante na tentativa de minimizar as dificuldades que vinham sendo encontradas, pelas instituições privadas de ensino superior, na manutenção da oferta de vagas, bem como facilitar a permanência dos alunos no sistema.

Vem crescendo constantemente o percentual de participação do 3.º grau na população estudantil total. Assim, em 1963, sua participação percentual era de apenas 1,11% (cabendo ao 2.º grau 3,56% e ao 1.º grau 95,32%), mas subia para 4,55% em 1977 (cabendo ao 2.º grau 8,86% e ao 1.º grau 86,58%). O número de estudantes por 10 mil habitantes passou de 1 229 em 1960 para 2 167 em 1977. Enquanto em 1963, dentre mil matriculados na primeira série do 1.º grau, apenas 7,34 ingressavam no 3.º grau, esta relação subia para 41,84% em 1975, configurando reparação surpreendente.

ENSINO SUPLETIVO

A partir da Lei 5962, de 10 de dezembro de 1973, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, sistematizaram-se, no ensino supletivo, as linhas gerais da educação não-formal do País.

As ações de treinamento e qualificação profissional, os exames de madureza, o esforço de alfabetização e educação de adultos e as atividades de educação permanente passaram a ser concebidas de forma integrada. Assim, no período 1963-1977 pode-se distinguir duas fases nítidas: a primeira até a criação do Departamento de Ensino Supletivo, em 1971, tendo como características fundamentais: multiplicidade de objetivos, relativa desarticulação entre instituições, pouco controle federal, certa pulverização de recursos; a segunda fase caracteriza-se basicamente pelo esforço de integração e racionalização.

As medidas governamentais mais expressivas no período 1963-1977 na área do ensino supletivo foram as seguintes:

a) criação do MOBREAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização — em 1967, que, a partir de 1970, passa a atuar decisivamente na erradicação do analfabetismo do País. Embora as ações do MOBREAL não se restrinjam à alfabetização de adultos, esti-

ma-se que, no período 1970-1976, tenham sido alfabetizados mais de 10 milhões de adultos. Em 1977 o programa atingiu 3 755 Municípios e o total de alunos conveniados é de 3,9 milhões. Com este esforço, a percentagem de analfabetos de 15 anos e mais sobre a população total da mesma faixa, que era, em 1960, de 39,4% e em 1970 de 34,1%, teria decrescido para 16% em 1976;

b) criação dos Centros de Estudos Supletivos — CES, com a finalidade de oferecer meios de suprir a escolarização regular correspondente às quatro últimas séries de 1.º grau e ao 2.º grau à população que não a teve na idade adequada. Mediante a utilização de metodologia própria às características psicológicas e psicossociais da clientela adolescente e adulta (o que é o seu grande aspecto inovador) o programa dos CES, iniciado em 1974, apresenta-se em 1976 com 18 centros instalados, atendendo mais de 13 mil alunos. Em 1977, atingiu-se a instalação de 26 centros;

c) organização dos exames de suplência, em substituição aos antigos exames de madureza, com vistas à racionalização, validação nacional e controle dos exames de suplência, a nível de 1.º e 2.º graus, desenvolvidos nos sistemas estaduais. A importância das ações desenvolvidas evidencia-se no expressivo contingente que se apresenta aos exames. As inscrições para os exames de suplência de 1.º e 2.º graus, em 1975, foram superiores a um milhão, em cada nível, mas ainda se observam baixas e diversificadas taxas de aprovação. As taxas médias de aprovação, para o País, situam-se em torno de 35%. Sendo as inscrições feitas por disciplina, perde-se o controle de candidatos inscritos, mas de uma forma aproximada pode-se estimar que o número de

TABELA VI.10

BRASIL: NÚMERO DE ALUNOS CONVENIADOS E ALFABETIZADOS PELO MOBRL, 1970-1976

ANOS	CONVENIADOS (A)	MUNICÍPIOS ATINGIDOS	ALFABETIZADOS (B)	PRODUTIVIDADE (A) / (B) (%)
1970	597 567	618	1 72 089	33,9
1971	2 590 061	3 374	1 081 320	41,7
1972	4 234 871	3 696	2 042 683	48,2
1973	4 931 100	3 927	1 784 397	36,2
1974	4 738 131	3 656	1 923 922	40,6
1975	4 373 859	3 818	1 656 502	37,9
1976	3 899 807	3 640	1 474 127	37,8
TOTAL	25 275 396	—	10 135 040	40,1

FONTE: MOBRL.

TABELA VI.11
BRASIL: INSCRIÇÃO NOS EXAMES DE SUPLÊNCIA, POR
REGIÕES (1975)

(Mil)

REGIÕES	1.º GRAU			2.º GRAU			TOTAL		
	Inscritos	Apro- vados	%	Inscritos	Apro- vados	%	Inscritos	Apro- vados	%
Norte	28,3	13,1	46,3	36,4	13,4	36,7	64,7	26,5	40,9
Nordeste	216,4	82,0	37,9	189,4	66,2	35,0	405,8	148,2	36,5
Sudeste	110,3	34,0	30,8	155,7	42,8	27,5	265,9	76,7	28,9
Centro-Oeste	839,6	29,0	34,4	913,1	315,4	34,5	1 752,7	604,5	34,5
Sul	55,5	20,2	36,4	80,5	23,1	28,7	136,0	43,3	31,8
TOTAL	1 250,1	438,3	35,0	1 375,1	460,8	33,5	2 625,1	899,2	34,3

FORNE: MEC.

peças inscritas nas provas de Ciências Físicas e Biológicas do 2.º grau correspondia, em 1975, a cerca de 70% dos concluintes, em todo o País, do ensino regular do 2.º grau;

d) organização dos exames de suplicência profissionalizante, cujo projeto, iniciado em 1974, objetiva a certificação profissional, a nível de 2.º grau, de pessoas já engajadas na força de trabalho e que tenham, na prática, se habilitado profissionalmente. Com alto conteúdo de promoção social do trabalhador, o projeto, no período 1974-1976, permitiu a certificação de 2 404 trabalhadores.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ESPECIAL

No período 1963-1977 deve-se considerar duas fases distintas na ação governamental em relação ao ensino pré-escolar. A primeira, até 1974, caracteriza-se pela evolução tradicional, à sombra do 1.º grau, demandada apenas pelos estratos mais elevados de renda. Uma segunda fase se esboça a partir de 1974, quando este tipo de educação, tido antes como supérfluo, ganha justificativas cada vez mais consistentes (as pesquisas insistem na importância do desenvolvimento psicossocial da infância; com a entrada da mulher no mercado de trabalho, resta menos tempo de dedicação à criança; reconhece-se que as ainda altas taxas de evasão e repetência escolar no 1.º grau se associam a um fraco desenvolvimento mental, motor e social anterior, sobretudo nas famílias de baixa renda).

Neste sentido, foi criada em 1975 a Coordenação de Educação Pré-Escolar, no MEC, com o objetivo geral de atender à população de 4 a 6 anos, com prioridade para as áreas urbanas de maior pobreza.

TABELA VI.12

BRASIL: EVOLUÇÃO DO ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO, 1962-1977

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		CORPO DOCENTE		MATRÍCULA INICIAL	
	Número / 1960=100,0		Número / 1960=100,0		Número / 1960=100,0	
1962(*)	4 363	100	9 628	100	251 917 ^(b)	100
1969	5 923	136	15 260	159	353 339	141
1974	8 636	198	26 355	274	529 845	211
1977(c)	11 368	261	29 823	310	597 684	238

FONTE: MEC.

NOTAS: a) Exceto Bahia.

b) Matrícula geral.

c) Dados estimados.

A educação especial também vem ganhando relevância. Em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial-CENESP, que, embora ainda tendo abrangência pequena, já demonstra alguma evolução positiva. Em 1972 foram atendidos pelos serviços públicos e privados 51 164 excepcionais, com expansão, em apenas dois anos, de 88,4%, ou seja, para 96 413 atendidos.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Até meados da década de 60, o esforço de captação de recursos para o financiamento de serviços educacionais centrou-se na tentativa de estabelecer quotas de participação das receitas orçamentárias dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. Desde a Constituição de 1946, havia um corpo de normas que regulavam a aplicação de percentuais mínimos da receita de tributos que deveriam ser alocados à educação — principalmente elementar — pelos diferentes níveis de governo.

Contudo, a 27 de outubro de 1964 foi aprovada a primeira fonte vinculada de financiamento educacional: o salário-educação.

Nos anos seguintes procurou-se alcançar eficácia em sua arrecadação, o que permitiu dobrar o seu montante, entre 1967-1970. Em 1971, finalmente estabeleceu-se o mecanismo de trans-

ferência automática de sua arrecadação, por duodécimos previamente estabelecidos, compensadas semestralmente as diferenças efetivas. Esta providência possibilitou a criação de importante e contínuo fluxo de recursos, tanto para os programas federais como para os estaduais. Em 1975, sua alíquota — aplicada sobre as folhas de contribuição das empresas — foi elevada de 1,4 para 2,5% e modificada a sua distribuição, cabendo dois terços aos Governos dos Estados, Territórios e Distrito Federal e o restante ao FNDE (para aplicação nos programas de iniciativa da União).

Outras medidas importantes foram a destinação de, no mínimo, 20% das quotas do Fundo de Participação dos Estados, de 20% do Fundo Especial da Loteria Federal e 60% da Loteria Esportiva para programas educativos. Ademais, estabeleceu-se, em 1968, que as pessoas físicas e jurídicas poderiam destinar até 2% do imposto sobre a renda ao FNDE, e que outros 5% dos recursos captados em incentivos fiscais seriam dedicados a projetos de educação e formação profissional. Em 1970, aprovou-se outro incentivo, permitindo às pessoas jurídicas contribuir para o MOBRAL com 1 a 2% do imposto de renda devido nos anos-base, através de doações, ou 1% de imposto devido através de projetos com o MOBRAL.

Entretanto, a inovação de maior impacto foi a trazida pela criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, que englobou parte das arrecadações das loterias a recursos orçamentários e a outros, da Caixa Econômica Federal, permitindo canalizar grande fluxo de recursos através de créditos não-reembolsáveis ou a taxas negativas de juros reais, aos sistemas estaduais e municipais de educação e, a juros baixos, para o setor privado de serviços educativos.

Não obstante o crescimento das fontes específicas, também foi aumentado significativamente o aporte de recursos ordinários do Tesouro, tanto dos Estados quanto da União, que se destinam basicamente à manutenção das redes escolares e de ensino superior. Observou-se, igualmente, crescimento notável das despesas municipais em educação, apesar da exigüidade de suas receitas, apoiadas em diferentes fundos de transferências e em convênios com os Estados e a União.

Em 1964, estimava-se em 1,7% a relação entre despesas públicas em educação e o Produto Interno Bruto, que se elevou a 2,6% e alcança em média 3,0% no quinquênio 1972-1976. Entre 1977-1978, houve incremento de 43% nos recursos federais (inclusive 20% do FPE e FPM). A isso se acrescentariam, ainda, os empréstimos aprovados pelo FAS para o setor educação, que até dezembro de 1977 somavam Cr\$ 16 537,0 milhões, ou seja, montante equivalente a 93% do valor total dos recursos orçamentários atribuídos ao MEC, no exercício.

Saúde e Nutrição

A atuação do Governo na área de saúde desenvolve-se, sobretudo, por intermédio dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde (com apoio do Ministério da Educação e Cultura na formação de recursos humanos e na área de nutrição (merenda escolar), do Ministério do Trabalho na área de higiene e segurança do trabalho e do Ministério do Interior no campo do saneamento básico e proteção do meio ambiente).

O rápido crescimento da previdência social transformou o Ministério no principal prestador de serviços de assistência médica, seja através de hospitais e ambulatorios próprios, seja, principalmente, por força de sua atuação indireta, comprando serviços produzidos pelo setor privado (clínicas e hospitais particulares) e por outras instituições do setor público.

A ampliação desses serviços, conseqüência da proliferação dos institutos de aposentadorias e pensões até o início da década de 60, exigiu medidas disciplinadoras que permitissem não apenas a racionalidade administrativa como também a democratização dos serviços previdenciários.

A medida mais importante tomada com esse objetivo foi a criação do INPS em 1966.

TABELA VI.13

**BRASIL: PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA (INPS)
PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA,
1970-1977**

ANOS	SERVIÇOS PRODUZIDOS		INTERNAÇÕES
	Total (Mil)	Consultas	
1970	42 960,8	40 145,3	2 815,5
1972	54 637,0	51 231,1	3 405,9
1977	129 392,4	122 377,3	7 015,1

FONTES: INPS — MPAS.

No mesmo ano, foi regulamentada a prestação de serviços médicos ao trabalhador através do FUNRURAL.

A universalização da assistência médica progrediu de forma significativa com a implantação do Plano de Pronta Ação — PPA do INPS, em 1974.

No mesmo ano, protocolo firmado entre os Ministros da Educação e Cultura e da Previdência e Assistência Social tornou

TABELA VI.14

**BRASIL: PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL (FUNRURAL)
PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA,
1972-1977**

ANOS	SERVIÇOS PRODUZIDOS		INTERNAÇÕES
	Total (Mil)	Consultas	
1972	5 934 135	4 891 323	1 042 806
1977	14 025 452	12 303 038	1 722 414

FORTE: FUNRURAL.

TABELA VI.15

**BRASIL: GASTOS COM SAÚDE, SEGUNDO FONTES EM ANOS
SELECIONADOS, 1963-1977**

(Cr\$ Milhões de 1977)

ANOS	TOTAL	FONTES			
		M. Saúde	INPS	FUNRURAL	Estados
1963	8 535	2 411	2 809	—	3 315
1967	13 705	2 390	6 267	...	5 048
1970	19 661	2 927	11 828	...	4 906
1974	30 698	3 978	18 950	1 623	6 137
1977	47 127	5 314	34 992	3 196	3 625

FONTES: IPEA, FUNRURAL — Ministério da Saúde.

acessível aos previdenciários os serviços dos hospitais universitários que, em contrapartida, puderam ter sua receita acrescida de recursos oriundos da previdência social.

Finalmente, em 1977, outro passo importante foi dado com vistas à integração dos serviços previdenciários, com a instituição do Sistema Nacional de Previdência Social — SINPAS e a consequente criação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — INAMPS. Essa autarquia resultou da fusão dos diversos serviços médicos da previdência até então distribuídos entre o INPS, FUNRURAL, IPASE e LBA.

Na última década, acelerou-se a prestação da assistência médico-hospitalar financiada com recursos provenientes da previdência social. Entre 1970 e 1977, triplicou o número de atendimentos, consultas e internações para os beneficiários urbanos. Crescimento aproximado foi alcançado pelos serviços custeados pelo FUNRURAL. Os esforços combinados permitiram a prestação em 1977 de cerca de 134 milhões de consultas e quase 9 milhões de hospitalizações.

Entre 1963 e 1977, quintuplicaram os gastos públicos em saúde.

SAÚDE PÚBLICA, NUTRIÇÃO E OUTROS SERVIÇOS

Com mais de 1800 casos notificados em 1965, a varíola, depois de intensa campanha de vacinação, que permitiu imunizar cerca de 80% da população, foi recentemente considerada como erradicada do País.

A elevação da incidência de meningite meningocócica na primeira metade da década atual fez com que, sob a coordenação do Ministério da Saúde, fosse ampliada a vacinação em massa, levando o controle da doença a reduzir sua ocorrência a níveis endêmicos toleráveis.

O combate às doenças endêmicas ocupa posição de destaque nas ações desenvolvidas na área de saúde pública no Brasil. A par do controle exercido sobre a febre amarela, peste, bócio endêmico, tracoma e outras doenças, vale destacar a evolução observada quanto à malária e esquistossomose.

Com relação à malária, há uma segura tendência na direção do declínio da transmissão. Em 1963 registrava-se um índice de amostras positivas igual a 12,7% em relação às lâminas examinadas (16% em 1960), ocorrendo uma rápida queda a partir de 1965 (6,2%) até 1977 quando a positividade foi de apenas 3,9%. Dos 46 milhões de habitantes que vivem na área originalmente malárica, 35 milhões já estão sob vigilância, tendo sido rompida a cadeia epidemiológica.

A esquistossomose evoluiu de forma praticamente incólume no Brasil, com uma prevalência estimada em 10% dos habitantes até a instituição, pelo Conselho de Desenvolvimento Social, em julho de 1976, do Programa Especial de Controle da Esquistossomose. Ao considerar o combate à doença como uma das prioridades do Ministério da Saúde, o Programa previu recursos da ordem de Cr\$ 1,75 bilhão no período 1976-1979, com o objetivo de reduzir os níveis de transmissão. As ações conjugadas da FSESP e SUCAM permitiram em 1977 a extensão do programa a toda área endêmica no Nordeste, com 100% das metas cumpridas.

A ação interministerial no setor foi disciplinada, em 1975, pela criação do Sistema Nacional de Saúde. Ao optar pela divisão de responsabilidade no campo da saúde, a política governamental manteve coerência com a vocação dos dois Ministérios de desempenho setorial mais destacado. Ao Ministério da Saúde foram atribuídas responsabilidades quanto às ações de saúde de caráter coletivo, como, por exemplo, o combate às grandes endemias, enquanto ao MPAS coube a assistência médico-hospitalar individualizada.

Em consequência da ação conjunta dos Ministérios da área social, dois programas de grande impacto social foram implementados: o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN e o Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento para o Nordeste.

A instituição do PRONAN teve profunda repercussão em todo o campo da saúde. Tendo como objetivos básicos a racionalização da assistência e da educação na área de alimentação e nutrição; o estímulo à produção de alimentos básicos; o combate às carências nutricionais; o incentivo a pesquisas; o apoio à capacitação de recursos humanos; a expansão do sistema de alimentação do trabalhador e a organização de sistema integrado de aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos destinados aos programas de suplementação, o PRONAN previu recursos da ordem de Cr\$ 12,5 bilhões (a preços de 1975) para o período 1976-1979.

O Sistema Nacional de Saúde adotou, como diretriz operacional, o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste, tendo como normas a ampla utilização de pessoal auxiliar, ênfase na prevenção de doenças transmissíveis, desenvolvimento de ações de saúde de baixo custo e alta eficácia, disseminação de unidades simplificadas, integração dos diversos organismos com atuação neste campo, participação comunitária e substituição gradual da assistência itinerante por serviços básicos de caráter permanente. Com uma previsão de aplicação de Cr\$ 5,7 bilhões (a preços de 1977), o Programa encontra-se efetivamente implantado nos nove Estados do Nordeste, cumprindo sua meta de beneficiar 8,5 milhões de pessoas com cuidados básicos de saúde.

A oferta de leitos hospitalares, que, em 1963, apresentava uma taxa de 2,86 leitos para cada 1 mil habitantes, alcançou a 3,82/1 mil em 1970 (3,5/1 mil em 1977) e deverá manter-se acima de 3/1 mil nos próximos anos, diante da possibilidade de financiamento pelo FAS.

No mesmo período, o número de médicos passou de 4,6/10 mil para 7,6/10 mil habitantes. Embora ainda não se tenham superado as carências na área de recursos humanos paramédicos, em relação aos profissionais da medicina e da odontologia, o

Brasil apresentará, em 1980, superávit expressivo, em comparação com as metas previstas no Plano Decenal de Saúde para as Américas.

TABELA VI.16

BRASIL: PROPORÇÃO DE MÉDICOS E LEITOS HOSPITALARES POR 10 MIL E 1 MIL HABITANTES, 1963-1977

ANOS	MÉDICOS/10 MIL HAB.	LEITOS HOSPITALARES/1 MIL HAB.
1973	4,6	2,86
1970	5,8	3,82
1977	7,6	3,50

FONTES: IBGE — IPEA.

Saneamento

A baixa cobertura populacional e a descoordenação entre multiplicidade de organismos prestadores de serviços de saneamento caracterizava a situação existente em fins de 1963, no País.

O abastecimento de água e os serviços de esgotos, atribuição específica municipal, apresentavam fortes diferenças entre si e dificuldades de expansão, em virtude dos elevados custos de implantação e da atomização das receitas.

A preocupação do Governo Federal com o problema de saneamento assumiu proporções gradativamente crescentes a partir de 1964, até transformar-se em atividade central de alta prioridade a partir de 1971, com o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA.

TABELA VI.17

BRASIL: POPULAÇÃO BENEFICIADA EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SERVIÇOS DE ESGOTOS SANITÁRIOS, 1963-1977

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL (MILHÕES)	POPULAÇÃO SERVIDA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA (% do Total)	POPULAÇÃO SERVIDA COM ESGOTOS SANITÁRIOS (% do Total)
1963	77,5	18	8
1970	92,7	28	14
1977	113,2	41	20

FONTES: IBGE — IPEA — BNH.

Em julho de 1967, foi criado o Fundo de Financiamento para Saneamento, gerido pelo BNH.

A partir de então, as iniciativas tomadas pelo BNH delinearão, com maior nitidez, as normas e instrumentos de ação, estabelecendo-se o Programa de Financiamento para Saneamento — FINASA e os Fundos de Financiamento para Água e Esgotos — FAEs, já em 1968.

A falta de um sistema de planejamento a nível nacional, aliada à perspectiva de demanda crescente e de oferta insuficiente dos serviços de água e esgotos, diagnosticada, encontrou, como resposta adequada, a instituição do PLANASA, com o objetivo concreto de atender, até 1980, com abastecimento de água 80% da população urbana e dos Municípios brasileiros, e beneficiar, com rede de esgotos sanitários, as Regiões Metropolitanas, Capitais e cidades de maior porte.

Previdência Social

No período entre 1963-1977, ocorreu grande evolução da previdência e proteção social no Brasil. Destacam-se, além da incorporação de novos segmentos da população ao regime previdenciário, como o trabalhador do campo e empregador rural, a fusão dos institutos e a criação do FGTS, PIS-PASEP e do FAS.

A expansão da previdência social urbana quase quadruplicou entre 1960 e 1977. Enquanto em 1960 os contribuintes dos diversos institutos e caixas então existentes representavam apenas 5,7% da população do País, em 1977 esse percentual alcançou a 18,2%. Estima-se que nesse último ano menos de 8% da população esteja à margem da proteção previdenciária, já que à ampla cobertura oferecida pelo SINPAS soma-se o regime de previdência a que estão sujeitos os militares e servidores públicos estaduais e seus dependentes.

Os dispêndios — a preços de 1977 — com beneficiários (apontadorias, pensões, pecúlios, abonos e outros auxílios pecuniários) urbanos, passaram de Cr\$ 10 bilhões em 1963 para Cr\$ 74 bilhões em 1977. A proteção social rural teve seus gastos aumentados em mais de 4 vezes, sendo que 76% do total foi despendido com o pagamento de benefícios e o restante com assistência médica.

Através do INPS foram concedidos em 1970 e 1977, respectivamente, cerca de 1,4 milhão e 2,6 milhões de benefícios financeiros. Nos mesmos anos, o número de benefícios em manutenção elevou-se de 2,2 milhões para 4,5 milhões.

O FUNRURAL, por sua vez, mantinha, em 1973, o pagamento de 833 mil benefícios, que se elevaram para 1,8 milhão em 1977.

TABELA VI.18
BRASIL: SEGURADOS URBANOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
(INPS), 1960-1977

ANOS	POPULAÇÃO (MIL)	SEGURADOS URBANOS	
		Total (Mil)	% sobre o Total
1960	70 892	4 058	5,7
1963	77 551	5 714	7,4
1970	95 262	9 141	9,6
1977	113 208	20 657	18,2

FONTES: IPEA — IBGE — INPS.

TABELA VI.19
BRASIL: POPULAÇÃO AMPARADA PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL,
1977 (a)

DISCRIMINAÇÃO	HABITANTES	
	Mil	% sobre o Total
TOTAL	113 208	100,0
SINPAS	97 246	85,9
Entidades Estaduais	5 321	4,7
Militares	2 264	2,0
Não Amparados	8 377	7,4

FONTES: MPAS.

NOTA: a) Estimativa.

TABELA VI.20
BRASIL: PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA (INPS):
DESPESAS COM BENEFÍCIOS PAGOS A DEPENDENTES
E SEGURADOS, 1963-1977
 (Cr\$ Milhões 1977)

ESPECIFICAÇÕES	ANOS		
	1963	1970	1977
TOTAL	10 521	29 718	74 975
Aposentadorias	5 649	12 376	34 327
Pensões	1 711	3 762	10 796
Pecúlios e Abonos	20	2 203	5 455
Auxílios Pecuniários	3 141	11 377	24 397

FONTES: IBGE — IPEA — INPS.

TABELA VI.21

BRASIL: PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA (INPS): NÚMERO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E EM MANUTENÇÃO, 1970-1977

(Mil)

TIPO DE BENEFÍCIO	NÚMERO DE BENEFÍCIOS					
	1970		1972		1977	
	Concedidos	Manutenção	Concedidos	Manutenção	Concedidos	Manutenção
TOTAL	1 449	2 268	1 650	2 481	2 679	4 515
Aposentadorias	70	889	100	996	218	1 614
Pensões	58	645	67	710	100	1 035
Pecúlios e Abonos	32	90	29	93	109	134
Auxílios Pecuniários	1 289	634	1 454	682	2 252	1 732

FONTES: INPS — IBGE.

TABELA VI.22

BRASIL: PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL (FUNRURAL): NÚMERO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E EM MANUTENÇÃO, 1972-1977

(Mil)

TIPO DE BENEFÍCIO	NÚMERO			
	1972		1977	
	Concedidos	Manutenção	Concedidos	Manutenção
TOTAL	602	833(*)	405	1 897
Aposentadorias	581	804	183	1 393
Pensão	10	29	72	265
Amparo Previdenciário	—	—	62	239
Auxílio-Funeral	11	—	88	—

FONTE: FUNRURAL.

NOTA: a) 1973.

PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

O Banco Nacional da Habitação — BNH, criado em 1966, veio revelar a preocupação do Governo com o atendimento da crescente demanda por habitação, especialmente na área urbana.

TABELA VI.23

BRASIL: RESULTADOS DA ATUAÇÃO DO BNH, 1963-1977

ESPECIFICAÇÃO	ANOS				
	1963	1967	1970	1974	1977
Número de Habitações Financiadas no Ano (Mil Unidades)	9,5(a)	89,0	155,0	96,0	266,0
Número Acumulado até o Ano Inclusive (Mil Unidades)	126,0	139,0(b)	543,0	1 030,0	1 689,0
Aplicações	...	10,9(c)	17,7	29,4	24,3
Crescimento (%)	—	—	62,4	169,7	122,9
Habitaciones para a População de Baixa Renda (Mil Unidades)	...	100,6(d)	53,3	77,0	159,0
Mutuários Beneficiados (n.º)	—	—	—	—	892 893

FORTE: BNH.

NOTAS: a) Dados referentes a 1964.

b) Acumulado de 1964/57. As acumulações posteriores são sempre a partir de 1954.

c) Dados de 1968.

d) Dados acumulados até 1967.

Com o BNH, verifica-se crescimento rápido do número de habitações financiadas, ano a ano. Até 1963 o atendimento era reduzido, com apenas 126 mil unidades construídas com apoio do Governo. Só de 1964 a 1967 esse número é ultrapassado, tendo o BNH financiado, até 1977, 1 688 mil unidades.

O BNH, na medida em que se aperfeiçoava, voltava especialmente sua atenção para os grupos de baixa renda. A informação disponível mostra crescente participação das habitações para esses grupos populacionais, significando, em 1977, 59,8% de todas as habitações construídas, no ano.

Paralelamente a este procedimento, adotou-se outra medida importante no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação: a concessão de subsídios aos mutuários do SFH, através da devolução de parte das prestações pagas, atualmente fixadas em 12%, e que beneficiou, em 1976, 748 mil mutuários e, em 1977, 893 mil.

Para proporcionar garantias ao trabalhador, especialmente quando dispensado, foi criado em 1967 o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS o qual, de outra parte, tem contribuído para viabilizar a atuação do BNH, colocando à sua disposição vultosos recursos.

A arrecadação bruta deste fundo social foi de Cr\$ 5 983 milhões em 1967, a preços de 1977, e de Cr\$ 35 224,7 bilhões, em 1977, significando um crescimento de 488,7%.

O FGTS vem se constituindo numa das principais fontes de financiamento da política social do Governo, além de estar funcionando como verdadeiro mecanismo de complementação salarial.

O número de pessoas cadastradas (contas ativas dos optantes) vem crescendo consideravelmente, alcançando, em 1977, 30,3 milhões de cadastrados.

TABELA VI.24

**BRASIL: FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO,
1967-1977**

DISCRIMINAÇÃO	1967	1970	1974	1977
Número de Contas Ativas dos Optantes (Milhões)	4,5	5,8	18,2	30,3
Arrecadação Bruta (Milhões de 1977)	5 983,0	13 616,4	25 411,9	35 224,7
Índice (1967 = 100,0)	100,0	127,6	324,7	488,7
Saques Efetuados (Milhões de 1977)	209,5	5 398,6	10 774,8	16 296,7
Patrimônio Líquido (Milhões de 1977)	6 065,0	32 458,4	84 711,1	128 587,7
Índice (1967 = 100,0)	100,0	434,8	1 295,8	2 018,8

FONTE: BNH.

Outro fundo social de grande importância, especialmente para a população de baixa renda, é o PIS-PASEP. Pela Lei Complementar n.º 26, de 11 de setembro de 1975, foi feita a unificação dos dois fundos, sem que fossem afetados os saldos existentes nas contas individuais.

TABELA VI.25

BRASIL: EVOLUÇÃO DO PIS-PASEP, 1971-1977

DISCRIMINAÇÃO	1971	1974	1977
PIS — Programa de Integração Social			
Arrecadação Bruta (Cr\$ Milhões de 1977)	1 244,9	10 928,3	20 600,0
Índice (1971 = 100,0)	100,0	777,8	1 554,8
Cadastrados no Ano (Milhões)	6,0	2,2	2,3
Cadastrados (Milhões)	6,0	13,0	19,0
Cadastrados que Receberam o 14.º Salário (Milhões)	—	—	4,9
PASEP — Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público			
Arrecadação Bruta (Cr\$ Milhões de 1977)	959,4	7 333,3	10 900,0
Índice (1971 = 100,0)	100,0	664,4	1 036,1
Cadastrados (Milhões)	2,7	3,8	4,8
Cadastrados que Receberam o 14.º Salário	—	—	1,5

FONTES: CEF — BB.

TABELA VI.26

BRASIL: RECURSO DO FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL — FAS, 1975-1977

ANOS	PROPOSTAS APROVADAS PELA DIRETORIA DA CEF		PROPOSTAS CONTRATADAS		RECURSOS LIBERADOS Cr\$ MILHÕES
	Número	Valor (Mil)	Número	Valor (Mil)	
1975	20	734,0	9	213,0	82,9
1976	302	8 194,5	167	6 970,8	1 661,2
1977	244	8 490,0	234	4 862,7	3 920,6
TOTAL	566	17 418,5	410	12 046,3	5 664,3

FONTE: CEF.

TABELA VI.27

BRASIL: PROPOSTAS APROVADAS E RECURSOS DO FAS, 1977

ÁREAS SOCIAIS	PROPOSTAS APROVADAS PELA DIRETORIA DA CEF		PROPOSTAS CONTRATADAS	
	Número	Cr\$ Milhões	Número	Cr\$ Milhões
Educação	94	5 194,8	76	3 024,8
Saúde/Previdência Social	113	2 772,2	117	1 400,0
Trabalho	26	55,0	35	199,3
Interior	11	468,0	6	238,6
TOTAL	244	8 490,0	234	4 862,7

FORTE: CEF.

O PIS-PASEP, com uma arrecadação bruta crescente, beneficia atualmente em torno de 24 milhões de trabalhadores, pela sua participação no fundo, através de quotas.

O fato mais importante a ressaltar é, certamente, a distribuição de 1 (um) salário mínimo regional aos participantes que, cadastrados há mais de 5 anos, recebem até 5 salários mínimos mensais. 6,4 milhões de trabalhadores e servidores receberam o assim chamado 14.º salário, em 1977.

Ainda dentro dos objetivos da política social do Governo, foi criado, em 1974, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de dar apoio financeiro à expansão das atividades sociais, tanto do setor público como do setor privado.

Até 1977, haviam sido liberados Cr\$ 5,664 bilhões para os diversos projetos da área social.

O maior volume de projetos é da área de saúde e previdência, seguindo-se educação, trabalho e interior.

Outro programa de política social é o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, que procura proporcionar um melhor atendimento à população de baixa renda, em termos de satisfação de certas necessidades básicas.

Na realização da política de desenvolvimento social, o Governo vem aumentando os dispêndios nos setores sociais, conforme indicam os dados da Tabela VI.29.

TABELA VI.28

BRASIL: PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS, 1977

REGIÕES	NÚMERO DE CENTROS		RECURSOS APLICADOS	
	Número	% sobre o Total	Cr\$ Milhões	% sobre o Total
Norte	16	4,7	104,6	5,8
Nordeste	158	46,5	761,5	42,3
Sudeste	85	25,0	407,8	22,6
Sul	70	20,6	495,5	27,5
Centro-Oeste	11	3,2	32,9	1,8
TOTAL	340	100,0	1 802,3	100,0

FORTE: IPEA.

TABELA VI.29

BRASIL: GASTOS DA UNIÃO NOS SETORES SOCIAIS, 1963-1977
(Cr\$ Bilhões)

SETORES	1963	1967	1970	1974	1977
Educação	4,1	5,6	8,1	12,0	25,0
Saúde (Inclusive Assistência Médica)	5,1	8,7	14,9	22,4	41,5
Previdência Social	10,7	...	29,7	55,4	102,0
Trabalho e Treinamento Profissional	0,7	1,6
TOTAL	19,9	14,3	52,7	90,5	170,1

FORTE: IPEA.

TABELA VI.30
BRASIL: INDICADORES SOCIAIS, 1963 e 1977

INDICADORES	1963	1977	VARIACÃO NO PERÍODO (em %)
POPULAÇÃO			
População Total (Mil)	76 315,7	113 208,5	48,3
População Urbana (Mil)	36 468,9	69 457,6	90,5
% da População Urbana sobre População Total	47,8	61,4	—
População das Regiões Metropolitanas (Mil)	16 370,1	31 256,1	90,9
% da População das Regiões Metropolitanas sobre População Total	21,5	27,6	—
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA			
PEA Total (Mil)	24 608,6	40 393,3	64,2
PEA Não-Agrícola (Mil)	11 890,4	25 760,7	116,7
% da PEA Não-Agrícola sobre PEA Total	48,3	63,8	—
RENDA			
Renda Média Real (Cr\$ 1977) da PEA que Recebe Renda	1 262,2	3 858,4	205,7
DOMICÍLIOS COM BENS DURÁVEIS (% do Total dos Domicílios)(*)			
Fogão	27,0	65,4	—
Geladeira	14,8	46,4	—
Rádio	41,0	80,5	—
Televisão	7,5	53,3	—
Automóvel	4,1	18,6	—
DOMICÍLIOS COM INFRA-ESTRUTURA (% do Total dos Domicílios)			
Com Abastecimento de Água pela Rede Geral	24,1	52,8	—
Com Instalações Sanitárias pela Rede Geral	13,0	29,7	—
Com Iluminação Elétrica	40,8	65,2	—
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Segurados Urbanos da Previdência Social (Mil)	5 714,0	20 657,0	261,5
% da População Urbana	15,7	29,7	—
% de PEA Não-Agrícola	48,1	78,4	—
Total de Benefícios Pagos a Segurados e Dependentes (Cr\$ Milhões de 1977)	10 521,0	74 975,0	612,6
SAÚDE			
Expectativa de Vida (Anos)	55,0	63,0	14,6
Mortalidade Geral (por Mil Habitantes)	11,2	8,1	-27,7
Mortalidade Infantil (por Mil Nascidos Vivos)(b)	109,4	108,7(*)	-0,6
Razão de Mortalidade Proporcional(b)(*)	31,1	32,3(*)	—
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes	2,9	3,5	20,7
Médicos por 10 Mil Habitantes	4,6	7,6	65,2

(Conclusão)

INDICADORES	1963	1977	VARIAÇÃO NO PERÍODO (em %)
EDUCAÇÃO			
Analfabetos (% das Pessoas de 15 anos e Mais)	39,4 ^(d)	14,0	—
Relação entre População Estudantil e População Total do País (Número de Estudantes por 10 Mil Habitantes)	1 229,0 ^(d)	2 167,0	76,3
Escolarização no 1.º Grau — Pessoas de 7-14 Anos (%)	52,3 ^(d)	78,6	—
Ingresso no Ensino Superior (por 1 Mil que Entre na 1.ª série do 1.º Grau)	13,0	56,0 ^(e)	330,8
INTEGRAÇÃO SOCIAL			
BNH			
Número de Habitações Financiadas no Ano (Mil)	9,5 ^(f)	266,0	2 700,0
PIS-PASEP			
Número de Cadastrados (Milhões)	—	24,7	—
Cadastrados que Receberam o 14.º Salário (Milhões)	—	6,4	—
FGTS			
Número de Contas Ativas dos Optantes (Milhões)	—	31,5 ^(g)	—
ORÇAMENTO SOCIAL (Gastos da União nos Setores Sociais, Cr\$ Bilhões de 1977)			
TOTAL	19,9	170,1	754,8
Educação	4,1	25,0	509,8
Saúde e Assistência Social	5,1	41,5	713,7
Previdência Social	10,7	102,0	853,3
Trabalho	...	11,9	—

FORNTE: IPEA.

- NOTAS: a) Dados de 1976.
 b) Dados para as Capitais (dados de Registro Civil).
 c) Dados para 1970.
 d) Dados para 1960.
 e) Dados para 1975.
 f) Dados para 1964.
 g) Dados para 1976.
 *) Percentagem de débitos de 50 anos e mais sobre o total de débitos.

VII - O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As características continentais do Brasil, de que resulta desigual distribuição espacial dos fatores produtivos, a par da forma como evoluiu o processo de desenvolvimento nacional, produziram, ao longo do tempo, flagrantes desequilíbrios regionais de renda.

Até o início da década passada, a despeito da adoção de algumas iniciativas isoladas (criação da SUDENE, BNB, CHESF, DNOCS e SPVEA, por exemplo), o problema do desenvolvimento regional estava a exigir uma ação mais intensa, sistemática e abrangente.

A Revolução de 1964 inscreveu, entre suas metas prioritárias, a correção dos desequilíbrios regionais. A estratégia adotada visava, fundamentalmente, à redução dos desníveis de desenvolvimento do Nordeste, em relação ao resto do País, e à ocupação produtiva da Amazônia e Centro-Oeste.

Inicialmente, cuidou-se de reorganizar a administração do desenvolvimento regional, mediante a criação, em junho de 1964, do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, evitando-se, desse modo, a ação dispersiva e descontínua.

A grande conquista para o Nordeste, durante o primeiro governo revolucionário, foi justamente o resguardo do sistema de

incentivos fiscais, numa conjuntura em que sua manutenção representava um grande sacrifício para o orçamento federal, vez que a preocupação principal era conter as tendências à inflação galopante e à estagnação econômica. Nada obstante, as liberações de incentivos fiscais em favor de projetos industriais e agropecuários cresceram de Cr\$ 90,6 milhões em 1964, para Cr\$ 137,3 milhões, em 1965, Cr\$ 485,3 milhões em 1966 e Cr\$ 1 515,5 milhões em 1967.

No período 1963-1968, o Banco do Nordeste do Brasil S.A., por sua vez, conheceu sua fase áurea de expansão, aumentando o saldo devedor de suas aplicações, na região, de Cr\$ 1 804,4 milhões para Cr\$ 6 903,7 milhões.

Inspirado nos objetivos consignados no Plano de Ação Econômica do Governo — PAEG, o Governo Castello Branco criou o Grupo de Estudos para Reformulação da Política Econômica da Amazônia, com a finalidade de definir estratégia de desenvolvimento para a região e propor as alterações legislativas necessárias à sua consecução.

Com base nos trabalhos do grupo, foi elaborado um conjunto de leis e medidas administrativas, conhecido como Operação Amazônia, abrangendo: transformação do Banco de Crédito da Amazônia S.A. em Banco da Amazônia S.A., com funções características de um banco de desenvolvimento; criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, órgão de desenvolvimento regional, cujas atribuições compreendiam as anteriormente delegadas à SPVEA; instituição de uma política de incentivos fiscais para empresas industriais e agrícolas que viessem a se instalar na Amazônia, medida antes restrita ao Nordeste; alteração na política da borracha, propiciando-se a criação de estímulos a heveicultura, garantia de preços mínimos para a borracha natural e instituição da Superintendência da Borracha — SUDHEVEA.

Por outro lado, considerando-se que os incentivos fiscais não seriam suficientemente eficazes na Amazônia Ocidental, haja vista tratar-se de um grande vazio demográfico e econômico, o Governo Castello Branco implantou a Zona Franca de Manaus, em fevereiro de 1967, dotando-a de facilidades para a importação, de modo a favorecer o desenvolvimento de atividades produtivas naquela região amazônica. Para administrá-la, foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.

A fim de conferir continuidade ao processo de planejamento regional, o 1.º Governo Revolucionário criou o Ministério do Interior, em substituição ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais. A ele ficaram subordinados, entre outros, os órgãos de planejamento e coordenação regional, bem como os bancos regionais.

No que concerne à região Centro-Oeste, a mais importante medida a assinalar foi a consolidação de Brasília enquanto Capital da União, convertendo-se em pólo irradiador de desenvolvimento na região. Ademais, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO, absorvendo as funções anteriormente cometidas a diferentes órgãos de planejamento e coordenação atuantes na região (Fundação Brasil Central, Fundação Interestadual para o Desenvolvimento dos Vales do Tocantins-Araguaia e Paraguai-Cuiabá — FIRTOP e Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste).

As ações do 2.^o Governo Revolucionário pautaram-se pelas diretrizes estabelecidas no Programa Estratégico de Desenvolvimento — PED, que conferia prioridade aos investimentos no Nordeste, na Amazônia e em outras áreas relativamente atrasadas, no intuito de assegurar-lhes desenvolvimento auto-sustentado e de fortalecer a integração nacional, a partir das especificidades regionais.

No Governo Costa e Silva, as liberações de incentivos fiscais, para os projetos implantados no Nordeste, exibiram elevadas taxas de crescimento (em termos reais, 106% no período 1967-1969). Além disso, o IV Plano Diretor da SUDENE contemplou vultosos recursos para o fortalecimento da infra-estrutura física da região, bem como proporcionou uma maior coordenação entre os órgãos federais que atuavam no Nordeste.

Foram igualmente implantados mecanismos de transferências federais para os Estados e Municípios (Fundo de Participação dos Estados — FPE, Fundo de Participação dos Municípios — FPM e Fundo Especial — FE), beneficiando sobremaneira as regiões mais pobres do País.

As liberações de incentivos fiscais, para a Amazônia, experimentaram notável crescimento: de Cr\$ 292,9 milhões em 1967 para Cr\$ 631,1 milhões em 1968 e Cr\$ 963,6 milhões em 1969. Foram, ademais, ampliados os esforços para implantação da infra-estrutura regional, destacando-se as primeiras obras de telecomunicações visando a integrar a Amazônia às demais regiões do País, a expansão das ligações rodoviárias e a recuperação dos portos de Manaus, Belém, Santarém e São Luís.

Credita-se ao 2.^o Governo da Revolução a extensão dos programas de desenvolvimento regional a outras regiões-problema do País. Com efeito, estenderam-se os incentivos fiscais ao Estado do Espírito Santo, sendo sua administração confiada ao Grupo Especial para a Recuperação do Estado do Espírito Santo — GERES. O DNOS, em convênio com o PNUD, iniciou o “Projeto Pantanal Mato-Grossense”, com o objetivo de montar sistema de predição de cheias e de indicar as obras necessárias à regularização hidrológica daquela área.

Obedecendo-se ao propósito de ampliar a cobertura do planejamento regional, ainda no Governo Costa e Silva, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, que absorveu as funções antes atribuídas à Superintendência do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País — SPVESUD. No âmbito da SUDESUL, foram iniciados alguns estudos que fundamentaram programas regionais, integrantes dos planos de governo que sucederam ao PED, a exemplo do Projeto Sudoeste I, no Rio Grande do Sul, e do projeto internacional da lagoa Mirim, na fronteira com o Uruguai.

A ação planejada no 3.º Governo da Revolução apoiou-se no documento denominado Metas e Bases para a Ação do Governo. De caráter eminentemente pragmático, trata-se de um plano de transição, cobrindo os anos de 1970 e 1971 e precedendo a elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento — I PND. Em que pese manter os programas e projetos contemplados no PED, o I PND introduz outros e, sobretudo, altera fundamentalmente a orientação quanto à política de desenvolvimento regional.

Distingue-se, então, claramente, os problemas e as soluções para cada região. Assim, para o Nordeste a meta será o crescimento auto-sustentado e para a Amazônia e o Centro-Oeste o objetivo principal será a ocupação e a integração e, subsidiariamente, o desenvolvimento autônomo.

Esses objetivos haveriam de ser alcançados, mediante a criação do Programa de Integração Nacional — PIN, em junho de 1970. A vulnerabilidade da economia nordestina aos rigores da seca, que à época assolava a região, constituiu forte motivação para instituir-se o PIN.

A estratégia desse programa preconizava a expansão da fronteira regional pela incorporação produtiva de áreas do Centro-Oeste, dos vales úmidos do Nordeste e, progressivamente, de áreas selecionadas na Amazônia, de modo a tirar proveito da dimensão continental do País, ampliando o mercado interno e simultaneamente propiciando uma maior oferta de empregos. Em especial, configurava-se nova compreensão da Amazônia e Centro-Oeste, não mais como regiões deprimidas, porém como fronteira de recursos.

Os recursos previstos na programação inicial do PIN totalizavam Cr\$ 10 754,00 milhões, para o período 1971-1974. Sucede, contudo, que o programa passou a receber contínuas injeções de recursos, vez que sua principal fonte era representada por 30% das importâncias deduzidas do imposto sobre a renda, a título de incentivos fiscais.

A programação inicial do PIN contemplava os seguintes projetos prioritários: construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá—Santarém; implantação de projetos de colonização asso-

ciados a essas rodovias; execução da primeira etapa do Plano de Irrigação do Nordeste e de projetos de colonização em vales úmidos dessa região.

A implantação das rodovias Transamazônica e Cuiabá—Santa-rém e dos projetos de colonização associados visavam essencialmente a deslocar a fronteira econômica — notadamente, a agrícola. Ao longo da Transamazônica foram reservadas faixas de terras com 10 km de largura, nas quais seriam assentados colonos nordestinos, tendendo, portanto, ao igualmente importante objetivo de reorientar os fluxos de mão-de-obra do Nordeste em demanda ao Centro-Sul.

Complementarmente ao PIN e consentâneo com objetivos definidos em 1971, foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste — PROTERRA, com as seguintes finalidades: apoio ao pequeno produtor, principalmente o não-proprietário e o minifundiário, mediante a concessão de financiamentos, com juros subsidiados e amortizáveis a longo prazo, e a prestação de assistência técnica e social; implantação de projetos agrícolas, em bases empresariais, bem como de projetos agroindustriais.

A fonte de recursos do PROTERRA, analogamente ao PIN, seria 20% das parcelas deduzidas do imposto sobre a renda, a título de incentivos fiscais.

Coerente com a disposição governamental de impulsionar a agropecuária nas áreas não sujeitas à incidência das secas, o Governo Médici instituiu o Programa Especial para o Vale do São Francisco — PROVALE.

A região Centro-Oeste, por seu turno, foi pela primeira vez beneficiada com um programa especial, haja vista a criação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste — PRODOESTE. Os recursos foram canalizados, sobretudo, para construção e ampliação da infra-estrutura física da região. Esse programa representa, pois, notável marco que explica as rápidas respostas que essa região vem oferecendo, mais recentemente, à iniciativa governamental.

Na região Sul, a SUDESUL deu início a uma série de projetos, entre os quais cumpre destacar: o Projeto Sudoeste-I, visando à assistência técnica aos agricultores; o Projeto Noroeste do Paraná, com a finalidade de exercer o controle da erosão urbana; o Projeto da lagoa Mirim, envolvendo um conjunto de medidas destinadas a promover o desenvolvimento na região fronteira com o Uruguai, e o Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, envolvendo a implantação de complexos industriais e de infra-estrutura urbana.

Ainda no Governo Médici, foi elaborado o I PND, cuja maior contribuição irá residir no esforço de compatibilizar as diversas ações governamentais, emprestando-lhes uma dimensão espacial e temporal mais precisa.

A estratégia de desenvolvimento regional fundamentar-se-á, essencialmente, na política de integração nacional, objetivando formar um amplo mercado interno, capaz de assegurar um crescimento regional auto-sustentável e permitir progressiva descentralização econômica. Os principais instrumentos de intervenção continuariam a ser os incentivos fiscais, o PIN e o PROTERRA.

Com base na política de integração nacional, rompeu-se o conceito de desenvolvimento autárquico do Nordeste, buscando-se sua progressiva articulação econômica com as demais regiões do País. Ênfase foi conferida aos aspectos qualitativos do processo de desenvolvimento, com vistas à modernização do setor agrário, à melhoria tecnológica, à reorganização fundiária e, de um modo geral, à transformação da agricultura tradicional em atividade econômica com características empresariais.

A indústria nordestina recebeu especial impulso através do Programa Especial de Apoio Financeiro às Indústrias Básicas do Nordeste, criado em 1972 e executado pelo BNDE.

Paralelamente, foi ampliado o fluxo de transferências federais para os Estados do Nordeste, que cresceram, em termos reais, de um índice 100, em 1966, para 248, em 1969, e 325, em 1973.

Intensificou-se, também, a ação dos bancos oficiais na região. O Banco do Brasil, por exemplo, entre 1969 e 1973, aumentou 2,5 vezes, em termos reais, o saldo global de suas aplicações. O Banco do Nordeste, por sua vez, cresceu 60%, no mesmo período.

Pela primeira vez, ocorrem correspondências de conteúdo e simultaneidade entre os planos regionais e o nacional. Assim, a SUDENE substituiu o IV Plano Diretor pelo I Plano de Desenvolvimento do Nordeste, enquanto que a SUDAM elaborou o I Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia.

A estratégia para a Amazônia será a de integrar para desenvolver. Nesse sentido, deu-se seqüência à implantação de rodovias de penetração, construção de aeroportos de função estratégica (Manaus, por exemplo) e ampliação do sistema de telecomunicações (radiodifusão, inclusive). Ademais, intensificou-se a implantação de projetos de colonização, sobretudo ao longo da Transamazônica.

Ao elenco de programas destinados à região amazônica, o I PND acrescentou o projeto RADAM, com a finalidade de proceder ao levantamento dos recursos naturais, principalmente no que concerne à localização de depósitos minerais e à identificação de áreas propícias para a agricultura. O RADAM foi gradativamente ampliando sua área de atuação, chegando a cobrir 4,8 milhões de km², até que, em 1975, foi estendido às demais regiões do País.

As ações do 4.º Governo da Revolução vêm sendo norteadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento — II PND. Este documento preserva a orientação geral dos governos revolucionários anteriores, no tocante à correção das disparidades inter-regionais de renda. Não obstante, altera substancialmente as características dos instrumentos de ação governamental, concede inequívoca ênfase aos programas especiais de desenvolvimento regional e introduz novos mecanismos.

A estratégia de integração nacional reveste-se de duas preocupações fundamentais: maior equilíbrio político-econômico entre as diversas regiões e a colocação geopolítica da interação entre utilização econômica do vasto espaço nacional, realização da vocação do Brasil como supridor de produtos agrícolas e adoção de política demográfica, que considera o respeito ao arbítrio dos casais na fixação do tamanho das famílias, admite o Brasil como país subpovoado relativamente à dotação de recursos naturais e define a conveniência de assegurar-se taxa de crescimento das oportunidades de emprego superior à da população.

A política em relação ao Nordeste vem se pautando pelo objetivo de reduzir o hiato econômico da região em confronto com o resto do País. A meta concernente ao crescimento acelerado da região não foi alcançada em sua plenitude, haja vista as vicissitudes da conjuntura econômica internacional. Entretanto, nos últimos anos, o Nordeste logrou uma taxa média de crescimento da renda interna compatível com a nacional.

Quanto à Amazônia e ao Centro-Oeste, reafirmou-se na prática o conceito de fronteira de recursos, buscando-se ocupá-las produtivamente. O Centro-Oeste, em particular, vem experimentando acelerado desenvolvimento, jamais registrado em sua história.

A política de incentivos fiscais sofreu sensível modificação, em 1975, com o início das operações do Fundo de Investimento do Nordeste — FINOR e do Fundo de Investimento da Amazônia — FINAM, criados em fins de 1974. A nova sistemática exhibe inúmeras vantagens, entre as quais cumpre destacar: maior equilíbrio entre a oferta e a demanda de incentivos, vez que as agências que os administram têm que subordinar os cronogramas de liberação ao volume de recursos disponíveis; eliminação automática das comissões de corretagem e intermediação na captação dos incentivos; possibilidades de aporte adicional de recursos da União, sem que implique participação acionária nos projetos beneficiados com incentivos; possibilidade de realocação dos incentivos entre os diferentes setores e regiões, embora respeitando-se as opções privadas.

Os incentivos fiscais do FINOR, combinados com a crescente injeção de recursos provenientes dos bancos oficiais, vêm permitindo ao Governo Geisel executar estratégia de industrialização do Nordeste, concebida ao final de 1974. Essa estratégia admite

como pressuposto que já se alcançou uma razoável diversificação industrial e uma significativa modernização das indústrias tradicionais nordestinas, conferindo prioridade à formação de complexos industriais integrados, à integração entre a transformação industrial e a agropecuária (agroindústrias) e à ampliação do processo de diversificação e complementariedade industriais.

Entre os principais complexos industriais em implantação ou a serem implantados, vale salientar:

a) Pólo Petroquímico do Nordeste — localizado em Camaçari (BA) com vistas à produção de matérias-primas (eteno, propeno, butadieno, benzeno, tolueno e xilenos) e produtos derivados (DMT, caprolactama, metanol, melamina, TDI, estireno, poliestireno, cloreto de vinila, PVC, óxido de propeno, propileno, glicóis, acrilonitrila, formaldeído, paraformaldeído, hexametileno tetramina, octanol, butanol, aldeído acético, acetato de vinila, acetato de etila, álcool polivinílico, negro de fumo, dodecilbenzeno linear, alcoilbenzeno linear, n-parafinas, alcoilbenzenossulfonato de sódio, alquilatos pesados, anidrido maléico, polietileno de alta e de baixa densidade, poliisopreno, resinas, fibras sintéticas e fertilizantes), além de implantação de centrais de utilidades, de serviços e de manutenção;

b) Complexo Cloroquímico de Alagoas — entrou em operação em 1977, utilizando as ricas jazidas sal-gema, localizadas nas proximidades de Maceió, e tendo como objetivo a produção de soda cáustica, cloro e produtos derivados (investimentos da ordem de Cr\$ 1 579,00 milhões);

c) Complexo de Fertilizantes — abrange a produção de fertilizantes nitrogenados (investimentos estimados em Cr\$ 3 693,00 milhões, em Camaçari (BA) e Aracaju (SE), e, em uma etapa posterior, de fertilizantes potássicos (investimentos totais de Cr\$ 4 018,6 milhões), a partir das jazidas de Carmópolis (SE);

d) Complexo Eletro-Metal-Mecânico — compreendendo a implantação da Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA) e da usina de magnésio metálico (a localizar-se em Sergipe), a elevação da capacidade de produção da Alumínio Brasil Nordeste S.A. e a produção de oxiclreto de cobre, cobre metálico e ácido sulfúrico;

e) Complexo Têxtil e de Confecções — aproveitando a sólida tradição e as nítidas vantagens comparativas do Nordeste, tem-se como meta a implantação de 2 milhões de novos fusos, que serão adicionados aos 600 mil existentes, e de 60 milhões de peças/ano;

f) Complexo do Couro — com base na ampliação e modernização da indústria de curtumes, calçados e artefatos de couro, esse programa vem sendo executado, tendo como metas a implantação de 10 matadouros-frigoríficos (com capacidade de

abate de 400 a 500 bovinos por dia), duplicação da capacidade de curtimento e elevação da produção de calçados para 25 milhões de pares/ano.

Com respeito à diversificação e complementariedade industriais, tem sido estimulada a expansão da indústria de cimento (os projetos aprovados, em 1975 e 1976, já permitiram um aumento de 32% na capacidade instalada), a produção de plásticos e fibras sintéticas e o fortalecimento das pequenas e médias empresas.

No tocante às agroindústrias, o Governo Geisel criou o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, que vem concedendo apoio creditício à instalação de unidades produtivas, totalizando Cr\$ 919,8 milhões, no período 1975-1977.

A ação do Governo Geisel, no meio rural nordestino, se revela ainda através de três programas especiais: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE, o Programa de Irrigação do Nordeste e o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste — Projeto Sertanejo.

O POLONORDESTE representa o mais intenso e consistente esforço de promoção do desenvolvimento rural no Nordeste. Parte do pressuposto de que a região não pode ser considerada como um todo homogêneo. A concepção que norteou sua elaboração e orienta sua implementação representa na verdade uma síntese da estratégia de crescimento econômico e promoção social que informa a atuação dos organismos governamentais, no que diz respeito ao desenvolvimento regional: a seleção de áreas integradas, pólos rurais de difusão do progresso.

Esse programa vem concentrando sua atuação em 30 projetos de desenvolvimento rural integrado e 5 projetos de colonização, abrangendo todos os Estados do Nordeste e atendendo a cerca de 35 mil produtores rurais. As ações desenvolvidas pelo POLONORDESTE compreendem desde a implantação de serviços sociais básicos (educação de primeiro grau, assistência médica preventiva e curativa e abastecimento d'água simplificado) até a prestação de serviços de apoio à produção (crédito rural, assistência técnica, fornecimento de insumos e de mudas e sementes selecionadas, e fortalecimento da infra-estrutura de comercialização).

Os recursos liberados, à conta do POLONORDESTE, no período 1975-1977, ascendem a Cr\$ 3 226,2 milhões (exclusive crédito).

O Programa de Irrigação do Nordeste, a cargo do DNOCS e CODEVASF, vem sendo executado com o objetivo de incorporar produtivamente, até o final de 1979, cerca de 145 mil ha de terras a serem ocupadas sob o regime de irrigação, nas quais

serão assentadas cerca de 19 mil famílias, correspondendo a aproximadamente 95 mil pessoas. Nesse sentido, foram efetivados gastos que totalizam Cr\$ 3 891,3 milhões.

O Projeto Sertanejo, cuja execução teve início em 1977, tem como objetivo principal organizar e apoiar as unidades de produção agropecuária (sobretudo as pequenas e médias) da área semi-árida do Nordeste, de modo a conferir-lhes maior capacidade de resistência aos efeitos da seca. Os recursos liberados, no exercício de 1977, importaram em Cr\$ 246,2 milhões.

Com respeito à ação do Governo Geisel, na Amazônia, cumpre relevar a execução do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA. Concebido de modo a promover o aproveitamento integrado das potencialidades agrominerais, agroindustriais, florestais e minerais, mediante esforços concentrados em 15 pólos selecionados, o POLAMAZÔNIA investiu, no período 1975-1977, cerca de Cr\$ 4 089,4 milhões.

As idéias de ocupação seletiva e de polarização do desenvolvimento, que presidiram a concepção do POLAMAZÔNIA, visam a fortalecer núcleos e áreas capazes de receber, adequadamente, a iniciativa privada, numa seqüência em que a criação ou complementação da infra-estrutura se antecipam às atividades diretamente produtivas, facilitando e motivando seu surgimento. São ao todo cerca de 300 projetos que já permitiram: a conclusão de 2,4 mil km de rodovias de penetração, de 1,8 mil km de estradas vicinais e de 16 aeroportos com pista asfáltica; a ampliação em 46 MW na capacidade regional de geração de energia elétrica; a execução de obras urbanas em 58 núcleos estratégicos para o processo de ocupação; a discriminação fundiária de cerca de 3 milhões de ha, a regularização em 800 mil ha e a concessão de 4 mil títulos definitivos; a realização de estudos pedológicos exploratórios em 53 mil km², de 80 projetos de pesquisa agropecuária e do inventário florestal de 520 mil km²; a implantação de projetos de armazenagem, com 30 mil t de capacidade estática, e, por fim, a execução de inúmeros projetos relacionados com a infra-estrutura social.

A par dos investimentos financiados pelo FINAM, na Amazônia, cabe especial referência a alguns projetos mineroindustriais de porte: o projeto de mineração da bauxita, liderado pela Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, no Pólo Trombetas (Pará), com capacidade de produção de 3,5 milhões de t anuais e investimentos da ordem de Cr\$ 4 952,5 milhões, que deverá entrar em operação em 1979; o Complexo de Alumínio (ALBRAS-ALUNORTE), também liderado pela CVRD, com capacidade de produção de 800 mil t/ano de alumina, 320 mil t/ano de alumínio metálico e

investimentos de Cr\$ 19,8 bilhões, com entrada em operação prevista para 1983; o projeto Carajás que deverá produzir 12 a 15 milhões de t/ano de minério de ferro, a partir de 1983, com investimentos previstos para Cr\$ 34,0 bilhões.

A SUFRAMA já permitiu a implantação de 168 projetos industriais, gerando cerca de 40 mil empregos e demandando investimentos totais estimados em Cr\$ 10.004,1 milhões. O Distrito Agropecuário de Manaus começa a ser realidade, com 16 projetos em implantação (Cr\$ 34,0 milhões). Os efeitos de integração das indústrias induzidas pela SUFRAMA com a economia regional e nacional podem medir-se pela elevação na participação dos insumos de origem nacional nas indústrias de produção voltada para o mercado interno: de 24 em 1973 para 30% em 1976 e os esperados 40% em 1978.

A região Centro-Oeste, por sua vez, vem merecendo um destaque especial no 4.º Governo da Revolução, mediante a execução de 4 programas especiais: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — POLOCENTRO, o Programa Especial da Região da Grande Dourados, o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. Ademais, a área do Centro-Oeste incluída na Amazônia Legal vem sendo beneficiada com os incentivos fiscais do FINAM e com execução de obras do POLAMAZÔNIA, em 5 pólos.

O POLOCENTRO tem por objetivo a exploração racional dos cerrados, abrangendo 12 áreas (5 em Goiás, 2 em Mato Grosso, 2 em Mato Grosso do Sul e 3 em Minas Gerais). Sua execução permitirá sejam incorporados ao processo produtivo cerca de 3 milhões de hectares, compreendendo desde a concessão de crédito subsidiado até a implantação de projetos de pesquisa, experimentação e promoção agropecuária, de florestamento e reflorestamento, de assistência técnica e de fortalecimento da infra-estrutura de apoio (eletrificação rural, armazenagem, comercialização, transportes, etc.).

Os investimentos realizados, à conta do POLOCENTRO, totalizaram, no período 1975-1977, cerca de Cr\$ 2 065,9 milhões. Além disso, no tocante ao crédito, foram aprovados 1 873 projetos, envolvendo investimentos de Cr\$ 6 593,9 milhões e ensejando a incorporação de 1 236 mil ha, dos quais 990 mil já se encontram contratados e 722 mil efetivamente ocupados.

O Programa de Desenvolvimento do Pantanal tem por objetivo melhor aproveitar as potencialidades do pantanal mato-grossense, bem como assegurar sua integração ao restante do País. Propõe-se, principalmente, a complementar a infra-estrutura da região, mediante: a construção de rodovias; a regularização dos cursos

d'água, propiciando melhorias na navegação e controle das enchentes; execução de obras de saneamento geral; expansão da oferta de energia; melhoria das pastagens; introdução de técnicas de defesa sanitária e manejo agropecuário; apoio à industrialização de matérias-primas locais, sobretudo carnes e derivados; estímulo ao aproveitamento de recursos minerais. Nesse sentido, no período 1975-1977, foram efetivados investimentos que ascendem a Cr\$ 714,6 milhões.

O Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados, instituído em abril de 1976, visa a promover o desenvolvimento agrícola de uma área, localizada em Mato Grosso do Sul, cobrindo uma superfície de aproximadamente 78 mil km², cujo pólo é a cidade de Dourados. A meta principal é incorporar 1,1 milhão de ha ao processo produtivo, estimulando-se sobretudo o cultivo de cereais e oleaginosas.

O Governo Geisel, através do Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados, pretende dotar a região de uma melhor infra-estrutura, principalmente no que concerne ao transporte e à comercialização, bem como proporcionar adequadas condições de crédito à produção. Especial atenção será dada também às técnicas de conservação de solos, tendo em vista os problemas de erosão verificados em áreas vizinhas do Paraná, e já ameaçando a região. Em 1977, os investimentos totalizaram Cr\$ 410,4 milhões.

O Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília busca integrar a área periférica do Distrito Federal ao processo de desenvolvimento regional, através da execução de programas de fortalecimento de núcleos urbanos selecionados, ampliação da infra-estrutura física e hierarquização dos centros urbanos de influência sub-regional. A efetiva implantação dos seus 128 projetos teve início em 1976. Os investimentos, até 1977, elevam-se a Cr\$ 891,5 milhões.

No Governo Geisel, outras regiões vêm, também, recebendo apoio através de programas especiais de desenvolvimento regional. Vale, nesse sentido, ressaltar: o Programa Especial do Norte Fluminense, com objetivo de promover o desenvolvimento agrícola da região norte do Estado do Rio de Janeiro, mediante a execução de obras de regularização de bacias hidrográficas, drenagem e recuperação de terras, realização de pesquisas agropecuárias e de estudos sobre oportunidades agroindustriais, prestação de assistência técnica, treinamento de mão-de-obra e fortalecimento da infra-estrutura de comercialização agrícola; e o Programa Especial do Oeste do Paraná, contemplando a execução de obras atinentes aos setores educação, transportes, saneamento

básico e ambiental, desenvolvimento urbano e comunicações, na área de influência do projeto Itaipu. Além disso, deu-se seqüência à implantação dos projetos Sudoeste-I, Litoral Sul de Santa Catarina, Noroeste do Paraná e lagoa Mirim, e ao programa de incentivos fiscais, administrado pelo GERES.

As transferências federais aos Estados e aos Municípios experimentaram, no Governo Geisel, um substancial reforço, haja vista o aumento nos percentuais (de 10 para 20%) do IR e IPI destinados à formação do FPE, FPM e FE.

A política de redivisão territorial permitiu a execução de dois projetos de inequívoca importância: a fusão Guanabara-Estado do Rio de Janeiro, de um lado, propiciou a criação de um novo e poderoso pólo de desenvolvimento, no núcleo mais desenvolvido do País, de modo a assegurar um melhor equilíbrio econômico-geográfico no triângulo São Paulo—Rio—Belo Horizonte; a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, de outro, sancionando a vontade da população do futuro Estado, atentou para uma questão de fundo eminentemente geopolítico, haja vista as dificuldades de gerir-se numa unidade de dimensão superlativa, potencialmente rica e dispendo de uma extensa linha fronteira internacional.

A avaliação dos resultados do esforço de desenvolvimento regional, empreendido pelos governos revolucionários, é feita com base em um conjunto de indicadores, envolvendo aspectos demográficos, econômicos, sociais e infra-estruturais das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

No período 1963-1977, o produto interno bruto do Nordeste praticamente triplicou, em termos reais, experimentando uma taxa de crescimento anual da ordem de 7,2% (Tabela VII.1). Refletindo a modernização da economia regional, o produto industrial cresceu à taxa de 10,3% anuais.

Avaliando-se o desempenho da economia nordestina, naquele período, constata-se que a região tem sido capaz de acompanhar o ritmo de crescimento do País, como um todo, cuja taxa de crescimento foi da ordem de 8,0% anuais. Acresce salientar que o crescimento do setor industrial nordestino conseguiu superar a extraordinária expansão da indústria nacional, que se deu a uma taxa média de 8,7% anuais.

Em termos *per capita*, o crescimento regional revelou-se ainda mais satisfatório, haja vista que a taxa anual observada para o Nordeste situou-se, em média, a 4,5%, enquanto que a do Brasil foi da ordem de 5,0%, refletindo um aumento populacional mais lento comparativamente àquele verificado no País.

TABELA VII.1

**NORDESTE: INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL,
1963 e 1977**

DISCRIMINAÇÃO	1963	1977	AUMENTO NO PERÍODO (Em %)
POPULAÇÃO (Mil Habitantes)			
Total	23 899	33 642	41
Urbana	8 693	15 400	77
PIB (US\$ Bilhões de 1977)^(a)	7,2	19,1	165
Produto da Indústria (US\$ Bilhões de 1977)	0,9	3,5	289
PIB PER CAPITA (US\$ de 1977)	301	572	90
RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO (Cr\$ Mi- lhões de 1977)	2 222	16 315	634
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS (Cr\$ Milhões de 1977)			
Fundos Vinculados ^(b)	821	4 089	398
Fundos Constitucionais ^(c)	—	8 476	—
INCENTIVOS FISCAIS: LIBERAÇÕES (Cr\$ Milhões de 1977)	6	5 618	—
SALDO DOS EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS (Cr\$ Milhões de 1977)			
Total	14 164	114 247	707
Banco do Brasil	6 467	58 935	811
SALDO DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS (Cr\$ Mi- lhões)			
Total	12 777	39 365	208
Banco do Brasil	3 863	11 603	200
REDE RODOVIÁRIA FEDERAL (km)			
Total	14 464	20 751 ^(d)	44
Pavimentada	2 559	11 578 ^(d)	352
TERMINAIS TELEFÔNICOS	74 393 ^(e)	278 212	274

(conclusão)

DISCRIMINAÇÃO	1963	1977	AUMENTO NO PERÍODO (Em %)
ENERGIA ELÉTRICA			
Potência Instalada (MW)	140	1 907 ^(a)	1 262
Consumo Total (MWh)	988	7 079 ^(a)	617
Consumo Industrial (MWh)	516	3 773 ^(a)	631
ABASTECIMENTO D'ÁGUA			
Extensão da Rede Distribuidora (km)	2 768	8 307 ^(d)	200
Extensão da Rede Adutora (km)	1 052	2 759 ^(d)	162
EXTENSÃO DE REDE DE ESGOTOS SANITÁRIOS (km)	764	1 219 ^(e)	60
MATRÍCULA (Mil)			
Ensino de 1.º Grau	2 671 ^(a)	5 966	123
Ensino de 2.º Grau	68	450	562
Ensino Superior	20	144	620
DESPESAS TOTAIS/RECEITAS TOTAIS DA PRE- VIDÊNCIA SOCIAL^(b)	...	1,61 ^(a)	—

FONTES: IBGE, FGV, SUDENE, Banco Central e IPEA.

NOTAS: a) Estimativas baseadas na hipótese de que a participação relativa manteve-se inalterada entre 1959-1963 e 1970-1977.

b) Cotas-partes estaduais e municipais do IULCLG e estaduais do IUÉE, em 1963, e cotas-partes estaduais e municipais do IULCLG, do IUM, do TRU e do ISTR, em 1977.

c) FPE, FPM e FE.

d) 1975.

e) N.º de aparelhos.

f) 1972.

g) 1964.

h) INPS.

Traduzindo maior dinamismo da economia produtiva, a receita tributária federal, arrecadada na região, cresceu de Cr\$ 2 222,0 milhões, em 1963, para Cr\$ 17,0 bilhões, em 1977, aumentando de 5,2% para 7,7% a participação no total arrecadado no País.

O saldo dos empréstimos bancários, no Nordeste, cresceu de Cr\$ 14,2 bilhões, em 1963, para Cr\$ 114,6 bilhões, em 1977. Os depósitos, por sua vez, aumentaram de Cr\$ 12,8 bilhões para Cr\$ 39,6 bilhões, no mesmo período.

A relação empréstimo/depósito elevou-se de 1,1 em 1963, para 2,9 em 1977. Esse incremento na relação é atribuível principalmente ao Banco do Brasil, cujos saldos de empréstimos praticamente duplicaram, ao passo que os saldos de depósitos triplicaram.

As transferências da União para os Estados e Municípios da região revelam-se igualmente expressivas, elevando-se de Cr\$ 820,7 milhões, em 1963, para Cr\$ 12 565,2 milhões, em 1977. Demais, a participação do Nordeste no total das transferências federais aumentou de 23,2% para 30,3%.

As liberações de recursos provenientes de incentivos fiscais, em 1977, totalizaram cerca de Cr\$ 5 617,6 milhões (34,4% da receita arrecadada pela União, no Nordeste), enquanto que, em 1963, eram praticamente inexpressivas (Cr\$ 5,7 milhões, correspondendo a 0,3% da receita federal na região).

No período 1963-1972, a infra-estrutura econômica regional exibiu notável crescimento: a expansão da rede rodoviária federal foi da ordem de 43%, com especial destaque para rede pavimentada, cuja ampliação situou-se em torno de 4,5 vezes; o número de terminais telefônicos mais que triplicou e a potência instalada cresceu de 140 MW para 1 907 MW (o consumo total e o industrial de energia elétrica, por sua vez, cresceram 7 vezes).

No que concerne ao desenvolvimento social, há que registrar: uma significativa melhoria nos serviços de abastecimento d'água (no período 1963-1975, as redes de distribuição e de adução cresceram, respectivamente, 3 e 2,6 vezes); uma acentuada expansão na rede de esgotos sanitários (60%, no período 1963-1975) e um elevado crescimento no número de matrículas (123%, 562% e 620%, respectivamente, nos ensinos de 1.º grau, de 2.º grau e superior, no período 1963-1977). Por outro lado, a relação entre despesas e receitas do INPS, em 1977, permitia inferir que, para cada cruzeiro arrecadado na região, aquele instituto despendia 1,61, o que constitui uma irreprochável demonstração de transferência inter-regional de renda, via sistema federal de previdência social.

Com respeito ao Norte e ao Centro-Oeste, a receita tributária federal arrecadada (Tabelas VII.2 e VII.3) apresentou notável expansão, no período 1963-1977 (em termos reais, 15,6% e 19,6% anuais, respectivamente). Esse aumento, vale registrar, superou o verificado no País, como um todo (11,3% a.a.).

As liberações de incentivos fiscais a projetos agropecuários e industriais, localizados na Amazônia legal, cresceram 100 vezes,

TABELA VII.2

**AMAZÔNIA: INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL,
1963 e 1977**

DISCRIMINAÇÃO	1963	1977	AUMENTO NO PERÍODO (Em %)
POPULAÇÃO (Mil Habitantes)			
Total	2 848	4 485	58
Urbana	1 140	2 179	91
RENDA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO (Cr\$ Milhões de 1977)	—		
	396	3 014	661
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS (Cr\$ Milhões de 1977)			
Fundos Vinculados ^(a)	340	1 755	418
Fundos Constitucionais ^(b)	—	2 462	—
INCENTIVOS FISCAIS: LIBERAÇÕES (Cr\$ Milhões de 1977)	14 ^(c)	1 415	—
SALDO DOS EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS (Cr\$ Milhões de 1977)			
Total	1 684	16 117	857
Banco do Brasil	453	5 985	1 221
SALDO DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS (Cr\$ Milhões de 1977)			
Total	1 457	8 985	517
Banco do Brasil	552	2 618	374
REDE RODOVIÁRIA FEDERAL (km)			
Total	2 393	9 768 ^(d)	308
Pavimentada	514	1 546 ^(d)	201
TERMINAIS TELEFÔNICOS	11 790 ^(e)	57 169	385
ENERGIA ELÉTRICA			
Potência Instalada (MW)	79	399	405
Consumo Total (MWh)	133	900 ^(d)	577
Consumo Industrial (MWh)	36	212 ^(d)	489
ABASTECIMENTO D'ÁGUA			
Extensão da Rede Distribuidora (km)	379	1 927 ^(f)	408
Extensão da Rede Adutora (km)	57	147	158
MATRÍCULAS (Mil)			
Ensino 1.º Grau	397	921	132
Ensino 2.º Grau	9	66	633
Ensino Superior	2	23	1 050
DESPESAS TOTAIS/RECEITAS TOTAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ^(g)	...	1,04 ^(d)	—

FONTES: IBGE, FGV, SUDAM, Banco Central e IPEA.

NOTAS: a) Cotas-partes estaduais e municipais do IULCLG e cotas-partes estaduais do IUEE, em 1963, e cotas-partes estaduais e municipais do IULCLG, do IUEE, do IUM, da TRU e do ISTR, em 1977.

b) FPE, FPM e FE.

c) 1965.

d) 1975.

e) N.º de aparelhos.

f) 1972.

g) INPS.

TABELA VII.3
CENTRO-OESTE: INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL, 1963 e 1977

DISCRIMINAÇÃO	1963	1977	AUMENTO NO PERÍODO (Em %)
POPULAÇÃO (Mil Habitantes)			
Total	3 515	6 885	96
Urbana	1 392	3 638	161
RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO (Cr\$ Milhões de 1977)	509	6 283	1 133
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS (Cr\$ Milhões de 1977)			
Fundos Vinculados ^(a)	241	1 712	216
Fundos Constitucionais ^(b)	—	1 259	—
REDE RODOVIÁRIA FEDERAL (km)			
Total	6 332	12 201 ^(c)	93
Pavimentada	541	4 476 ^(c)	727
TERMINAIS TELEFÔNICOS	26 296 ^(d)	165 730	530
ENERGIA ELÉTRICA			
Potência Instalada (MW)	70 ^(e)	1 801 ^(e)	2 473
Consumo Total (MWh)	254	1 583 ^(e)	523
Consumo Industrial (MWh)	34	300	782
ABASTECIMENTO D'ÁGUA			
Extensão da Rede Distribuidora (km)	1 082	3 984 ^(f)	268
Extensão da Rede Adutora (km)	132	324 ^(f)	146
EXTENSÃO DA REDE DE ESGOTOS SANITÁRIOS (km)	359	1 466 ^(f)	308
MATRÍCULAS (Mil)			
Ensino de 1.º Grau	496	1 306	163
Ensino de 2.º Grau	12	125	942
Ensino Superior	3	61	1 933
DESPESAS TOTAIS/RECEITAS TOTAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL^(g)	...	0,86 ^(g)	

FONTES: IBGE, FGV, Banco Central e IPEA.

NOTAS: a) Cotas-partes estaduais e municipais do IULCLG e cotas-partes estaduais do IUEE, em 1963, e cotas-partes estaduais do IUEE, em 1963, e cotas-partes estaduais e municipais do IULCLG, do IUEE, do IUM, da TRU e do ISTR, em 1977.

b) FPE, FPM e FE.

c) 1975.

d) N.º de aparelhos.

e) Exclusiva a Usina de Cachoeira Dourada.

f) 1972.

g) INPS.

entre 1965-1977. Por outro lado, enquanto que, no início do período, representava 1,6% da receita federal, arrecadada em ambas as regiões, em 1977 esse percentual se elevava para 15,2%.

Os saldos dos empréstimos e dos depósitos bancários, na região Norte, cresceram praticamente 10 e 6 vezes, respectivamente, no período 1963-1977. A relação entre esses saldos, por sua vez, aumentou de 1,2 para 1,8.

Uma vez que grande parte dos organismos federais (inclusive os bancos oficiais) têm sua sede no Distrito Federal, fica prejudicada qualquer consideração quanto aos saldos dos empréstimos e depósitos bancários na região Centro-Oeste.

No que diz respeito à infra-estrutura econômica, o esforço conjunto dos governos federal, estaduais e municipais fez canalizar para as regiões Norte e Centro-Oeste, em 1970, cerca de 10,7% das despesas de capital do setor público. Nesse sentido, cumpre ressaltar os seguintes indicadores, relativos ao período 1963-1975: a rede rodoviária federal expandiu-se 2,5 vezes (a rede pavimentada, em particular, 5,7 vezes); o número de terminais telefônicos cresceu 5,9 vezes, e a potência instalada elevou-se de 149 MW para 2 200 MW (o consumo total e industrial de energia elétrica aumentou, respectivamente, 542% e 631%).

Em termos de desenvolvimento social do Norte e do Centro-Oeste, vale destacar: significativa melhoria nos serviços de abastecimento d'água (as redes distribuidora e adutora se expandiram, respectivamente, 4 e 2,5 vezes, no período 1963-1972); um crescimento de 309% na extensão da rede de esgotos sanitários (período 1963-1972) e elevado aumento no número de matrículas (no período 1963-1977, as matrículas cresceram 2,5 e 17 vezes, respectivamente).

DESENVOLVIMENTO URBANO

O processo de planejamento urbano no Brasil teve início por volta de 1966, após ser instituído o Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado. As experiências anteriores estavam, de fato, mais orientadas para os aspectos físicos do desenvolvimento das cidades, com a introdução de componentes racionalizantes de estética e renovação dos núcleos existentes (Santos, Campinas, etc.), bem como para o desenho de novas cidades (Goiânia e Belo Horizonte).

No decorrer de 1967, o Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA intensificou os estudos sobre a estrutura espacial da economia brasileira e sobre a organização de complexo urbano do País. Tais estudos, cujo objetivo principal foi definir uma política nacional de pólos e de áreas prioritárias de desenvolvimento, contaram, também, com a colaboração de técnicos das Superintendências Regionais e de órgãos estaduais de planejamento.

Os referidos estudos foram, a seguir, aprofundados com vistas a conhecimento mais completo das economias das microrregiões e, portanto, orientando melhor, em termos espaciais, os investimentos públicos do País.

Em 1969, com o objetivo de concentrar esforços em ações locais, o Ministério do Interior instituiu o Programa de Ação Con-

centrada — PAC, oportunidade em que foram selecionados 457 Municípios do País, para os quais se daria atenção prioritária na elaboração de planos diretores de desenvolvimento local integrado.

O Governo definiu, através das Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1973) e do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), estratégia que envolvia o fortalecimento do Sistema de Planejamento Local Integrado, o desenvolvimento das principais áreas metropolitanas, a orientação do uso do solo urbano, o estabelecimento de critérios de prioridades para uso de recursos a nível municipal, dentro de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

As diretrizes básicas dessa política urbana incluíam a formação de recursos humanos, a racionalização dos recursos financeiros oficiais colocados à disposição das municipalidades e a realização de pesquisas relacionadas não só ao planejamento e desenvolvimento urbano, no sentido geral, como também aos setores específicos da habitação, transportes e direito urbano, devendo as prioridades ser adequadas aos objetivos das políticas setoriais definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e pelos organismos regionais.

Através do Decreto n.º 71 273, de 30 de outubro de 1972, foi criado o Programa Especial de Vias Expressas, com o objetivo de integrar a rede viária nacional e a rede viária urbana num só sistema econômico de circulação. A esse sistema foi adicionada a ação do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes — GEIPOT, o que significou o início de um grande Programa de Planos Diretores de Transportes Urbanos.

Outro instrumento de fundamental importância para o fortalecimento das ações no campo do desenvolvimento urbano foi a Lei Complementar n.º 14, de 8 de junho de 1973, que estabeleceu as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

Em 6 de junho de 1974, pelo Decreto n.º 74 156, foi instituída a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana — CNPU, de natureza interministerial, com o objetivo explícito de acompanhar a implantação das Regiões Metropolitanas e propor as diretrizes de ação relativas ao desenvolvimento urbano, coordenando e acompanhando a sua implementação em consonância com a política nacional de desenvolvimento.

Pela Lei Complementar n.º 20, de 1.º de julho de 1974, foi criada a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, abrangendo 14 Municípios, na oportunidade da fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Posteriormente, pela Lei n.º 6 256, de 22 de outubro de 1975, instituiu-se o Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano — FNDU, sob a supervisão da Secretaria de Planejamento da

Presidência da República e tendo, como órgãos gestores, a própria Secretaria de Planejamento e o Ministério dos Transportes. Sua finalidade é a implantação e melhoria da infra-estrutura urbana, principalmente no que diz respeito ao sistema viário, transportes, saneamento ambiental, limpeza e segurança pública; instalação e melhoria dos equipamentos sociais urbanos, destinados ao desenvolvimento das atividades comunitárias nos campos de educação, cultura e desportos, saúde e nutrição, trabalho, previdência e assistência social, recreação e lazer; outros programas e projetos prioritários para execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

A Empresa Brasileira de Transportes Urbanos — EBTU foi criada pela Lei n.º 6 251, de 14 de novembro de 1975, tendo por finalidade promover a efetivação da Política Nacional de Transportes Urbanos, bem como a implantação de processo nacional de planejamento dos transportes urbanos, como instrumento de compatibilização das políticas metropolitanas e locais de transportes urbanos, com o planejamento integrado de desenvolvimento das respectivas Regiões Metropolitanas ou áreas urbanas.

Por seu turno, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) estabeleceu, como objetivos prioritários da estratégia de desenvolvimento urbano: a) a desconcentração intra-regional do sistema urbano dominante na região Sudeste, através principalmente do esforço visando a evitar o crescimento excessivo das grandes aglomerações urbanas de São Paulo e do Rio de Janeiro; b) a ordenação do processo de desenvolvimento do sistema urbano da região Sul, mediante expansão ordenada das metrópoles regionais e o fortalecimento dos núcleos urbanos de médio porte; c) a dinamização da base econômica das metrópoles regionais do sistema urbano do Nordeste e o reforço das atividades produtivas e dos equipamentos sociais dos pólos urbanos interiorizados; d) a promoção da urbanização nas áreas de ocupação recente ou não consolidada das regiões Norte e Centro-Oeste e a organização do desenvolvimento das metrópoles regionais em formação e da região geoeconômica de Brasília.

Em consonância com a estratégia definida no II PND, vêm sendo exercitadas, de forma sistemática, as ações do Governo no campo do desenvolvimento urbano, cumprindo relacionar, a seguir, as principais providências adotadas e os resultados obtidos.

I — Região Metropolitana de Belo Horizonte: os recursos do FNDU liberados no biênio 1976-1977 totalizaram Cr\$ 352,3 milhões. Entre as principais obras realizadas ou em fase de execução, encontram-se a construção da via urbana Leste-Oeste, das vias prioritárias do sistema arterial, da via Norte, obras do corredor da Avenida Amazonas e reformas de parques urbanos;

II — Região Metropolitana do Rio de Janeiro: durante o ano de 1975, além da institucionalização do organismo metropolitano (FUNDREM), destaca-se a execução de serviços de infra-estrutura urbana nas aglomerações situadas fora do Município do Rio de Janeiro, com reflexos imediatos na melhoria das condições de vida da periferia. Em 1976-1977, foram liberados recursos do FNDU que ascenderam a Cr\$ 1,6 bilhão, destinados, em quase sua totalidade, às obras do metrô; foram implementados programas de ação imediata na área de trânsito, de construção de terminais, túneis e viadutos;

III — Região Metropolitana de São Paulo: a Secretaria de Assuntos Metropolitanos do Estado de São Paulo e a Empresa Metropolitana — EEMPLASA, seu órgão executivo, foram implantadas em 1975, sendo que a legislação metropolitana de São Paulo e a legislação de proteção dos mananciais, que configuram a base efetiva para prevenir e corrigir problemas urbanos, constituem os primeiros resultados concretos da ação da EEMPLASA. Os problemas de transporte coletivo nessa região envolvem a ação de vários órgãos, como a FEPASA, RFFSA, metrô e empresas concessionárias de ônibus. Em 1975 foi iniciada a operação conjunta ônibus e metrô. O Governo, no ano de 1977, continuou concedendo absoluta prioridade aos programas de transportes de massa e aperfeiçoamento do sistema de tráfego, através da concessão de recursos para o prosseguimento das obras do metrô, execução de projetos e obras de melhoria da circulação urbana tendo as liberações de recursos do FNDU atingido, naquele exercício, Cr\$ 812,0 milhões;

IV — No Espírito Santo, a programação de investimento urbano na Grande Vitória, iniciada em 1976, teve aprovada sua continuação no exercício de 1977. O FNDU liberou recursos para a execução do Programa que atingiram cerca de Cr\$ 44,1 milhões, no biênio 1976-1977;

V — Região Metropolitana de Curitiba: em 1976-1977 foram liberados recursos no montante de Cr\$ 144,6 milhões, para aperfeiçoamento do sistema viário e de transportes de massa e desapropriação de fundos de vales visando à criação do Parque Metropolitano de Iguaçu;

VI — Região Metropolitana de Porto Alegre: realizaram-se investimentos no aperfeiçoamento do sistema viário, saneamento básico, construção e reforma de parques, jardins, consolidação de distritos industriais, ampliação da rede de água e esgotos, construção de ramal ferroviário de carga industrial. Nos anos de 1976 e 1977 foram liberados recursos do FNDU que totalizaram Cr\$ 206,6 milhões;

VII — Durante o ano de 1976, para as cidades de Rio Grande (RS) e de Florianópolis (SC), foram aprovados recursos para inves-

timentos urbanos. As liberações do FNDU efetuadas no período 1976-1977 somaram Cr\$ 23,8 milhões;

VIII — As Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, com o apoio da CNPU e da SUDENE, têm em execução diversos projetos de infra-estrutura urbana, transportes coletivos, melhorias dos sistemas ferroviário suburbano, construção de centros sociais urbanos. A ação do poder público tem se voltado também para saneamento básico, consolidação de distritos industriais, construção de habitações populares, ordenamento de faixas de praia, ampliação e melhoria do sistema de abastecimento d'água, esgotos sanitários, drenagem e contenção de enchentes, preservação do patrimônio histórico, construção de hospitais e postos médicos, centrais de abastecimento, reforma do plano diretor do Centro Industrial de Aratu e implantação de pólos industriais;

IX — No âmbito do Programa Nacional de Apoio às Cidades de Porte Médio, foram operacionalizados, em 1977, convênios com todos os Estados do Nordeste, envolvendo cerca de Cr\$ 610 milhões de recursos do FNDU, sendo Cr\$ 459 milhões do FNDU/FDTU e Cr\$ 151 milhões do FNDU/OP; tais recursos distribuem-se entre as 34 cidades beneficiadas no Nordeste, com um total de 275 projetos que integram os seguintes setores de investimentos: planejamento e administração, transportes e infra-estrutura viária, saneamento básico, infra-estrutura social e outros projetos;

X — Com o apoio federal, registrou-se em 1976 a estrutura organizacional da Secretaria de Planejamento do Estado do Pará, o que veio permitir a institucionalização da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano. A execução de obras de recuperação de baixadas, o saneamento geral da bacia do Reduto, a implantação do sistema de planejamento metropolitano e a elaboração de estudos de viabilidade de áreas e distritos industriais são realizações no âmbito da Região Metropolitana de Belém. Encontra-se em andamento o Programa Estudo e Planejamento de Núcleos Urbanos em Áreas Preferenciais. Oito cidades do Estado do Pará, 3 do Estado do Amazonas e 2 do Estado do Acre estão sendo atendidas através de planos preliminares estruturais;

XI — O Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio na Região Centro-Oeste contemplou recursos à conta do FNDU, no biênio 1976-1977, da ordem de Cr\$ 214,0 milhões, às cidades de Goiânia, em Goiás, e de Cuiabá, Campo Grande, Corumbá e Aquidauana, em Mato Grosso. A CNPU, em conjunto com a SUDECO, supervisiona e financia os estudos em curso, tendo em vista a obtenção de propostas estaduais, compatibilizadas regionalmente, para novas programações de investimentos em centros urbanos de porte médio da região.

IPEA
